

## AS DOROTÉIAS EM PORTUGAL (1866-1910): UMA DIFÍCIL IMPLANTAÇÃO \*

MARIA LÚCIA DE BRITO MOURA

Pouco se tem escrito entre nós sobre congregações religiosas. Numa época em que a História tem alargado o seu raio de acção, destruindo barreiras e penetrando em campos que lhe estavam interditos, desde o demográfico ao psíquico, da história das mentalidades à história dos marginais, continuamos alheios às vidas de milhares de homens e mulheres que optaram (com absoluta liberdade ou sujeitos a condicionamentos diversos) por uma via diferente. Então, quando se trata de congregações femininas... o silêncio é total. Contudo, a sua presença é uma constante em campos que se foram alargando nos dois últimos séculos — no ensino e na assistência aos doentes e deserdados. Deste modo, como diz René Rémond, o seu estudo ultrapassa largamente o domínio da história religiosa: interessa à história das instituições, em demanda da história social e das relações entre religião e sociedade<sup>1</sup>.

Esta «féminisation du catholicisme»<sup>2</sup> é recente e constituiu, no século XIX, uma forma de luta contra um sistema fortemente marcado pelo anticlericalismo, defensor da secularização do ensino e da assistência. Esta luta vai travar-se, não sob a bandeira de um catolicismo liberal, mas mais ligada a um catolicismo intransigente, que não pretende simplesmente ir até ao povo, mas refazer uma sociedade cristã ideal<sup>3</sup>.

---

\* Este artigo, com ligeiras alterações introduzidas posteriormente, é resultado de um trabalho de Seminário integrado no Curso de Mestrado em História Contemporânea de Portugal (1992-1994), na Universidade de Coimbra, orientado pela Prof. Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro.

<sup>1</sup> René Rémond, prefácio à obra de Claude Langlois, *Le catholicisme au féminin*, Paris, Les Éditions du Cerf, 1984, p. 10.

<sup>2</sup> Claude Langlois, *ob. cit.*, p. 13.

<sup>3</sup> Sylvie Fayet-Scribe, *Associations Féminines et Catholicisme*, Paris, Les Éditions Ouvrières, 1990, p. 188.

Entre nós a luta entre a Igreja — ou, pelo menos, uma boa parte dos seus membros — e o poder político posterior a 1834, vai-se mantendo ao longo do século, com períodos de acalmia, mas também de confronto, de que é exemplo a Questão das Irmãs de Caridade que agitou o Parlamento e a Imprensa nacional, reflectindo-se profundamente na sociedade portuguesa.

Não obstante a repugnância sentida por alguns sectores relativamente à presença de religiosas no ensino, reconhecia-se a falta de escolas e de mestras. No decorrer das discussões travadas à volta da Questão das Irmãs de Caridade, o conde de Tomar leu nas Cortes um relatório que focava as dificuldades encontradas para se conseguir quatro mestras para a Casa Pia<sup>4</sup>.

Se isto se passava quanto ao ensino das primeiras letras às classes mais desfavorecidas, em estudos mais avançados as coisas não seriam melhores. Os poderes públicos haviam considerado necessária a criação, para os rapazes, de escolas que, para além da formação moral e intelectual, os preparasse para o ingresso no ensino superior ou para o desempenho de funções nos sectores da burocracia ou da produção. Para o sexo feminino tal não se afigurava necessário.

Contudo, se parecia uma verdade definitivamente aceite que o lugar da mulher estava no lar e que seria junto da mãe ou, no caso de pertencer a um estrato social elevado, acompanhada por uma preceptora, que se prepararia para as «nobres» funções de esposa e de mãe, o certo é que muitas vezes se levantavam criticando a educação dada às mulheres.

Em 1872, Eça de Queirós deplorava a educação dada à jovem portuguesa: gosto pela «toilette», doutrina cristã papagueada e não aprendida, leitura de romances, iniciação, através de comentários ouvidos às mulheres mais velhas, nos mexericos e escândalos amorosos. É evidente que o autor de *O Primo Basílio* não pretenderia para a mulher estudos muito profundos, pois que, na sua óptica, «a mulher, pela simples constituição do seu cérebro, é adversa ao estudo e à ciência».<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Maria do Céu Cristóvão, *A «Questão das Irmãs de Caridade», Estudo de Opinião Pública (1858-1862)*, 2 vol., Dissertação para licenciatura em História, Vol. I, Faculdade de Letras de Lisboa, 1972 (mimeografado), p. 75.

<sup>5</sup> Eça de Queirós, *Uma Campanha Alegre*, Vol. II, Porto, Lello & Irmão, 1979, p. 126.

Por seu lado, a Igreja, principal interessada na luta contra a laicização da sociedade, sentia a necessidade de criar escolas que preparassem as meninas, não só para o papel que viriam a ter como esposas e mães, mas para que fossem, dentro do lar, colunas firmes da Igreja contra a descristianização. Pois, como se pode ler nas *Constituições do Instituto Religioso das Irmãs de Santa Doroteia*

«Quantos esposos que vivem no esquecimento de Deus e da fé podem ser retirados do vício e da desordem, e reconduzidos à virtude, mediante os exemplos, os cuidados, a sabedoria, a doçura e as orações de uma esposa solidamente cristã!»<sup>6</sup>

## 1. As Doroteias em Portugal

Em 1864 ou 1865 o Padre Fulconis, que chefiava a Missão Portuguesa da Companhia de Jesus, escrevia à Madre Paula Frassinetti, fundadora do Instituto das Irmãs de Santa Doroteia, pedindo-lhe algumas Religiosas que viessem abrir um colégio em Lisboa.

Esta congregação era muito jovem ainda. Teve o seu começo numa povoação dos arredores de Génova — Quinto — onde Paula Ângela Maria Frassinetti, irmã do pároco, abriu uma escola para meninas pobres. Rodeavam-na algumas companheiras, a quem transmitiu o desejo de seguir a vida religiosa. Deram início a uma comunidade, que, a princípio, se denominava Filhas da Santa Fé, designação que, pouco depois, foi alterada para Irmãs de Santa Doroteia. Isto justificou-se pelo facto de a nova Comunidade ter aceite o encargo de expandir a Pia Obra de Santa Doroteia<sup>7</sup> fundada pelo P. D. Lucas Passi e que se destinava à educação de meninas pertencentes às classes mais humildes. Estas crianças mantinham-se no seu mundo — família, oficina, fábrica... — e a sua formação estava a cargo de «senho-

<sup>6</sup> *Constituições e Regras do Instituto Religioso das Irmãs Mestras de Santa Doroteia*, 1851, tradução da Província Brasil-Nordeste conservando a paginação original, 1969, (mimeografado), Parte Terceira, Cap. IV, Regra 2, p. 62.

<sup>7</sup> Segundo o martirologio romano, Santa Doroteia nasceu em Cesareia, na Capadócia, no séc. III, numa família ilustre. Tendo sido denunciada às autoridades como cristã, aquelas incumbiram duas irmãs que haviam renunciado à fé cristã, de a perverter. Foi ela, porém quem as reconduziu ao cristianismo. Santa Doroteia foi martirizada e a sua festa é celebrada a 6 de Fevereiro; in Maria de Lourdes Vassallo Santos, S.S.D., *Paula Ângela Maria*, trabalho mimeografado, Linhó, 1975, p. 16.

ras piedosas»<sup>8</sup>, auxiliadas por «mulheres do povo de procedimento irrepreensível»<sup>9</sup>.

Temendo que a obra morresse após o seu desaparecimento, o P. Passi decidiu entregá-la ao Instituto de Paula Frassinetti, no sentido de assegurar a sua continuidade<sup>10</sup>.

Pouco depois, um outro sacerdote, que fundara em Génova uma escola destinada a crianças pobres, entregou a sua direcção às Irmãs de St.<sup>a</sup> Doroteia, que, no primeiro domingo da Quaresma de 1839, realizaram a primeira cerimónia de vestição solene do hábito preto. Eram treze religiosas<sup>11</sup>.

De Génova a Comunidade expandiu-se para Roma, onde se estabeleceu a Casa Geral, e para outras cidades da Itália, exercendo a sua acção em dois sectores: colégios para «meninas de boa condição social» e escolas gratuitas para crianças necessitadas. Uma escola ajudava a manter a outra.

Desde o início a direcção espiritual das Doroteias esteve entregue aos Jesuítas e a fundadora, desejando inculcar nas religiosas a espiritualidade de Inácio de Loyola, elaborou umas *Constituições*, nas quais é visível a influência das que regulamentam a vida dos membros da Companhia de Jesus.

Conhecendo as ligações existentes entre o Instituto de Santa Doroteia e a Companhia de Jesus, presidindo a ambos o mesmo espírito, compreende-se que o jesuíta P. Fulconis, ao pensar na possibilidade de se abrir um colégio feminino em Lisboa, tivesse recorrido à fundadora das Doroteias.

Surgiram alguns problemas relacionados com a obtenção de licença do Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Bento Rodrigues, «por causa dos tempos que correm»<sup>12</sup>. Na verdade, introduzir uma

<sup>8</sup> Sem autor, *Beata Paula Frassinetti*, Porto, Tipografia Porto Médico, 1930, p. 41.

<sup>9</sup> Idem, *Ibidem*, p. 41.

<sup>10</sup> Outras associações religiosas receberam esse encargo, o que veio a originar algumas complicações devido à existência, em Itália, de Doroteias que nada têm a ver com Paula Frassinetti.

Para melhor informação acerca da organização e objectivos da Pia Obra, leia-se a carta a Fernando II, rei das Duas Sicílias, in Paula Frassinetti, *Cartas*, Vol. I, Edição da Província Portuguesa Sul, 1987, pp.80-83.

<sup>11</sup> Irmã Maria do Céu Nogueira; *História da Província Portuguesa das Irmãs de Santa Doroteia (1866-1910)*, Linhó, 1967, (mimeografado), p. 12.

<sup>12</sup> Paula Frassinetti, *ob. cit.*, carta 228, p. 377.

congregação em Portugal, afrontando as leis que vigoravam em Portugal desde 1834, era um acto sério que exigia ponderação.

Uma vez conseguida a licença, tornava-se necessário encontrar uma casa. Havia na Rua do Quelhas um edifício grande e degradado que outrora fora convento das Agostinhas de Santa Brígida, monjas irlandesas, e daí o ser conhecido por «Convento das Inglesinhas». Por se tratar de propriedade estrangeira não fora nacionalizado aquando da extinção das ordens religiosas. Contudo, sentindo-se inseguras, as monjas haviam abandonado o país.

Por essa altura deparou-se ao P. Fulconis o meio de conseguir a aquisição da casa. D. Maria da Assunção de Saldanha e Castro, filha dos condes de Penamacor, que preparava a sua partida para França onde ia ingressar numa congregação religiosa, pediu ao seu confessor, P. Fulconis, que lhe indicasse uma obra na qual poderia empregar uma parte dos seus bens. O jesuíta falou-lhe então no Instituto de Paula Frassinetti.

Deste modo, o edifício do Quelhas veio a ser o primeiro lar que as Doroteias tiveram em Portugal<sup>13</sup>.

Contudo, nem todo o edifício ficou na posse das Religiosas. Parte do edifício, para além da Igreja de Santa Brígida, tornou-se a sede da Companhia de Jesus e, se a vizinhança dos Jesuítas, à primeira vista, poderia apresentar-se vantajosa às Irmãs que chegavam a um país desconhecido, viria a revelar-se fonte de problemas, visto que os ventos não sopravam a favor daqueles.

Em 16 de Junho de 1866, após doze dias de uma viagem acidentada, com as dificuldades que se imagina, três mulheres, vestidas à secular, não falando português, chegavam a Lisboa, dispostas a uma vida de clandestinidade, pois não poderiam deixar transparecer o seu estado de religiosas.

Provisoriamente, enquanto se ultimavam algumas obras na casa, no sentido de a tornar habitável, receberam acolhimento de famílias da nobreza — marqueses do Lavradio e marqueses de Abrantes.

---

<sup>13</sup> Sobre os passos dados no sentido de se conseguir a vinda das Doroteias para Portugal segui, em especial, a Irmã Maria do Céu Nogueira, *ob. cit.*, pp. 32-34. A respeito da doação feita por D. Maria da Assunção S. e Castro poderá ler-se ainda Borges Grainha, *Histoire de la Compagnie de Jésus*, Imprimerie Nationale, Lisbonne, 1915, p. 65.

Os primeiros anos foram difíceis. Embora a aula externa, para meninas pobres, começasse a funcionar logo em 1867, com 50 alunas, das que pagavam apareciam muito poucas. É possível que o principal impedimento estivesse nas instalações. Realmente, um casarão com poucos móveis, «de tectos esburacados a deixar penetrar o sol e a chuva» não atrairia alunas «de sociedade»<sup>14</sup>. Houve dias em que nem pão tinham para comer. Recebiam alguma ajuda dos jesuítas e de outras pessoas que se aperceberam da situação.

Por outro lado, o facto de viverem perto dos jesuítas deu origem a boatos, circulando histórias de passagens secretas entre a casa das «senhoras» e a dos jesuítas. Rapazes da rua lançavam pedras para o recreio, chegando mesmo ao ponto de serem disparadas armas contra as janelas do colégio<sup>15</sup>.

O P. Fulconis sentia-se desapontado e responsabilizava pelo fracasso as próprias religiosas, entendendo não ter havido um bom critério na sua selecção. Paula Frassinetti, em carta que lhe dirigiu a 13 de Outubro de 1866, lamentava o seu descontentamento, acrescentando porém, que, «se tivesse sabido que, mandando as Irmãs devia enviar também somas para construções», não se teria abalancado a tal. E concluía: «O nosso Instituto é pobre, nunca teve ricos dotes nem avultadas heranças»<sup>16</sup>.

Em 14 do mesmo mês, escrevendo à Irmã Josefina Bozzano<sup>17</sup>, Superiora em Lisboa, dava notícias de diligências feitas para resolver o problema: «Falei com o P. Gil [confessor da Comunidade] (...) fez-me saber que tem todo o interesse em que as coisas se acomodem e disseme que já escreveu ao P. Fulconis. (...) Falei ainda com o P. Provincial e também ele me prometeu diligenciar para que tudo se solucione»<sup>18</sup>.

E, com efeito, tudo se solucionou. Em Novembro, o P. Fulconis saiu de Portugal e, em sua substituição, chegou a 25 de Dezembro de

---

<sup>14</sup> Maria do Céu Nogueira, *ob. cit.*, p. 38. Nestas descrições diz basear-se em diários da época, entretanto desaparecidos.

<sup>15</sup> G. Lubich e P. Lazzarin, *Paula Frassinetti mulher para hoje*, Porto, Livraria A. I., 1981, p. 167.

<sup>16</sup> Paula Frassinetti *ob. cit.*, carta 267, p. 444.

<sup>17</sup> Ao contrário do que se passa em outras congregações, as Doroteias, de um modo geral, não adoptam outro nome.

<sup>18</sup> Paula Frassinetti, *ob. cit.*, carta 268, p. 446.

1866 o P. Vicente Ficarelli, que veio a ser o primeiro provincial da Província Portuguesa restaurada.

A propósito disto, E. Borges Grainha diz:

«L'italien Ficarelli, qui fut le supérieur des Jésuites en Portugal de 1866 à 1886 — vingt ans — appartenait à la Province Romaine de la Compagnie de Jésus, ayant donc été élevé dans ce milieu de conventions diplomatiques. Ce fut lui que choisirent Le Général et le Pape, à la demande de la fondatrice de Dorothées, Paula Frassinetti, pour venir aider au développement de cette congrégation féminine en Portugal»<sup>19</sup>.

Poderá causar estranheza esta influência da fundadora das Doroteias. Contudo, sabe-se que ela tinha um fácil acesso ao Papa Pio IX. Por diversas vezes este pontífice visitou as Doroteias em Santo Onofre (sede da congregação em Roma). É o que se deduz de uma carta de Paula Frassinetti, datada de 27 de Maio de 1870 e dirigida à Irmã Josefina Pingiani, em Pernambuco:

«O Santo Padre, graças a Deus está bem. Veio à nossa casa (...). Ficou na primeira sala de visitas e sentou-se naquele velho e roto sofá (...). Também se mostrou verdadeiro pai, quando fui agradecer-lhe, e quase pediu desculpa por não nos ter dado o gosto de ter visitado a capela, repetindo que estava cansado e que era um pouco tarde».<sup>20</sup>

## 2. Expansão do Instituto em Portugal

Embora os problemas fossem muitos, logo no primeiro ano da sua presença em Portugal o Instituto já contava com oito candidatas. Todas da Covilhã.

Na base destas adesões esteve a criação, nessa cidade, de uma escola para crianças pobres. A iniciativa partiu de uma viúva abastada,

<sup>19</sup> E. Borges Grainha, *ob. cit.*, p. 126. Ao fazer esta afirmação, o autor baseia-se em Alphonse Capecelatro, *Vita di Paola Frassinetti*, p. 278.

<sup>20</sup> Paula Frassinetti, *ob. cit.*, carta 396, p. 710.

Por uma carta de 26 de Abril de 1855, ficamos a saber que o Papa lhes enviou uns doces chamados *maritozzi*. (Vol. I, carta n.º 105, p. 145). De outra vez enviou um prato de morangos, «que todas provámos com grande devoção e comoção» (Vol. II, carta n.º 517, p. 171).

D. Maria José de Sousa Tavares, que prometeu fornecer os meios necessários à sua concretização. Primeiramente a senhora pensara em confiar a escola às Irmãs da Caridade; porém, como estas se viram forçadas a deixar Portugal, tal ideia foi posta de lado. Entretanto, duas irmãs, Maria José e Maria Filomena Ordaz de Mascarenhas que, com o objectivo de ensinar nessa escola, se haviam habilitado com os necessários certificados, tomaram conhecimento da existência do Instituto de Santa Doroteia e decidiram ingressar nele, arrastando consigo um grupo de amigas. Assim, a nova escola foi entregue à Congregação,<sup>21</sup> que dela tomou posse em 1870.

Em 1873 as Doroteias tomavam conta de uma Casa que tinha um estatuto um tanto diferente das outras. Tratava-se de uma obra fundada em 1840 pelo P. Ricardo Van-Zeller, cónego da Sé do Porto, a qual se destinava à educação de crianças de fracos recursos, de ambos os sexos, embora o regime de internato funcionasse somente para o sexo feminino. Segundo os estatutos da fundação, o ensino seria de acordo com a posição dos alunos na escala social, «evitando-se demasias que nutram ambições perigosas»<sup>22</sup>.

Os estatutos previam que, no caso de serem «removidas as circunstâncias que vedam actualmente a existência neste reino das corporações de caridade»,<sup>23</sup> a obra seria entregue a religiosas. O P. Van-Zeller, ao ter conhecimento da existência de Doroteias em Portugal, encetou diligências no sentido de lhes entregar a direcção do «asiló» de Vilar (nome por que era vulgarmente conhecido). Assinado o contrato estipulando direitos e deveres de ambas as partes, não tardou que a superiora da nova Casa, possuidora de grande espírito de iniciativa, apresentasse projectos de melhoramentos nas instalações, os quais, a

---

<sup>21</sup> Vários autores se referem à fundação do Colégio de Nossa Senhora da Conceição, na Covilhã: M. do Céu Nogueira, *ob. cit.*, pp. 82-96; Borges Grainha, *ob. cit.*, p. 67; J. Pinharanda Gomes, *História da Diocese da Guarda*, Edição do Autor, 1981, p. 334; em 18 de Dezembro de 1880 o jornal *A Ordem* (p. 2, col. 3 e 4) refere-se igualmente às origens dessa instituição. É evidente que os estudos que se têm feito acerca de Paula Frassinetti (canonizada em 11 de Março de 1984), igualmente fazem alusão a essa Casa que, durante algum tempo, foi a escola do Instituto mais frequentada em Portugal.

<sup>22</sup> Art. 3º dos estatutos aprovados por alvará de 22 de Novembro de 1870, in M. do Céu Nogueira, *ob. cit.*, p. 97.

<sup>23</sup> *Idem*, Art. 19º.

concretizarem-se, tornariam possível o acolhimento de mais crianças. Como o velho cônego se mostrasse assustado com as despesas, pensou em organizar uma lotaria no intuito de angariar fundos. Solicitou o auxílio de senhoras influentes do Porto, dando assim início a um estreito relacionamento entre a Comunidade e a nobreza da cidade, com especial destaque para a condessa de Resende (que teve quatro filhas Doroteias)<sup>24</sup> e a marquesa de Monfalim, a qual, não tendo filhos do seu casamento, teve duas sobrinhas Doroteias.

O número de crianças internas — 33 em 1873 — em breve ultrapassava os 60<sup>25</sup>.

A Congregação expandia-se. E novas Casas iam surgindo:

1878 - Vila do Conde - (Colégio de S. José);

1879 - Vila Nova de Gaia (Sardão);

1894 - Guimarães (Colégio da Sagrada Família);

1895 - Tomar ( Colégio da Conceição Imaculada);

1896 - Vila Real (Colégio de Nossa Senhora de Lourdes e Asilo);

1896 - Évora (Colégio de Nossa Senhora do Carmo);

1897 - Ovar (Colégio dos Sagrados Corações de Jesus e Maria);

1897 - Póvoa de Varzim (Colégio do Sagrado Coração de Jesus);

1904 - Guarda (Colégio de Nossa Senhora de Lourdes);

1907 - Sintra - Asilo de Penha Longa.

Entretanto, as obras realizadas no Colégio Jesus, Maria, José (Colégio do Quelhas), a partir de 1870, no sentido de o tornar mais confortável e mais funcional, bem como os bons resultados obtidos pelas alunas, que podiam ser comprovados através das festas/exames anuais, teriam contribuído para que a afluência aumentasse.

É difícil acompanhar a evolução dos colégios quanto ao número de alunas, dada a ausência de informações e a imprecisão dos números, quando aparecem.

Segundo M. do Céu Nogueira, o número de alunas do Colégio da Covilhã, no período compreendido entre 1876 e 1882, oscilou entre 40

<sup>24</sup> Paula Frassinetti, *ob. cit.*, p. 806. Em Eça de Queirós, *Correspondência*, Vol. II, Imprensa Nacional, Lisboa, 1983, p. 54, em nota de rodapé, faz-se referência a três cunhadas doroteias do escritor (casado com Emília Resende). Não existe qualquer contradição, visto que uma das irmãs já tinha falecido, o que pode ser comprovado facilmente consultando o *Livro das Irmãs Falecidas*, que se encontra em todas as Casas da Congregação, para delas fazer «memória» na oração de cada dia.

<sup>25</sup> Irmã Maria do Céu Nogueira, *ob. cit.*, p. 60.

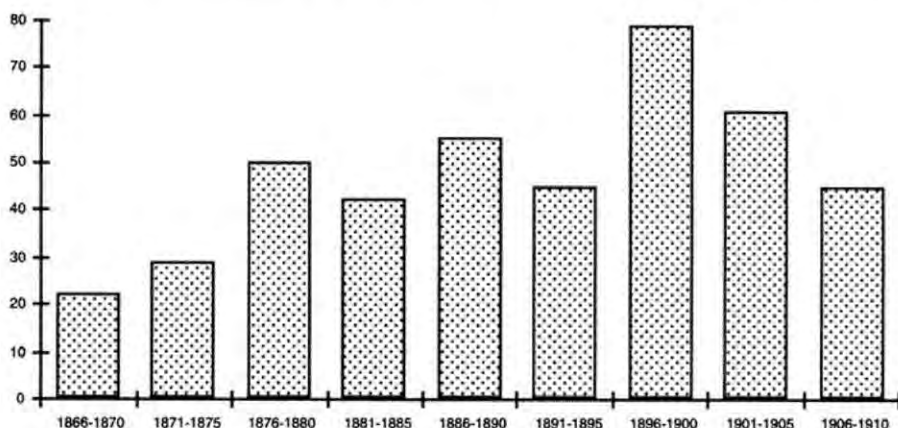
e 50, havendo cerca de 400 na aula externa. Quanto ao Colégio do Quelhas, tinha em média 40 alunas, com cerca de 100 na aula externa. Contudo, este colégio esteve em contínua ascensão, tendo atingido, em 1896, o número de 80.

Em 1906 os três principais colégios apresentam os números seguintes<sup>26</sup>:

	Colégio	Escola gratuita
Quelhas	170	150
Sardão	80	100
Covilhã	30 internas 54 semi-intern.	212

No asilo de Vilar o número de crianças teria andado à roda de 60.

Quanto ao número de Irmãs que foram dando entrada no Instituto poderemos acompanhar a sua evolução através do gráfico seguinte<sup>27</sup>:



Analisando o gráfico, verificamos que o final do século XIX foi o mais florescente em vocações<sup>28</sup>. Contudo, o início do seguinte, aten-

<sup>26</sup> Dados fornecidos por Idem, *Ibidem*, pp. 333-334.

<sup>27</sup> Os dados foram extraídos de um caderno manuscrito onde estão registados os nomes e outras informações de carácter biográfico relativamente às Doroteias e que se encontra no Arquivo da Província, em Lisboa.

<sup>28</sup> Nem todas as Doroteias de nacionalidade portuguesa constam das listas. É o caso, por exemplo, de três das irmãs Resende que foram fazer o noviciado em Ro-

dendo à época conturbada — o ano de 1901 não foi pacífico para as congregações e, no caso das Doroteias, o número de entradas desceu de 17 (no ano anterior) para 6, — não foi mau: até à revolução republicana entraram mais 106 candidatas.

Quanto à origem geográfica, podem tirar-se conclusões curiosas: até final de 1880, das 101 Religiosas entradas, 52 eram naturais do distrito de Castelo Branco — sendo da Covilhã um número significativo, — enquanto que, do distrito de Lisboa, eram somente 12. É natural que a existência, naquele distrito, de Doroteias (Covilhã), e de Jesuítas (igualmente na Covilhã e em Lourçal do Campo, onde se situava o conhecido Colégio de S. Fiel), não sejam alheios a este fenómeno. Não podemos esquecer que as oito primeiras Doroteias portuguesas eram da Covilhã, pelo que, naturalmente, outras, que pretendiam seguir a vida religiosa, iriam para um Instituto com raízes no meio. É significativo que, percorrendo os nomes dos pais das Irmãs, se nos deparem repetições. Um número considerável de famílias teve duas, três e mesmo quatro irmãs que se tornaram Doroteias<sup>29</sup>.

No que diz respeito à origem social, se em alguns casos é fácil, pelos nomes, identificá-la, de um modo geral isso torna-se difícil<sup>30</sup>. O único processo será o de contarmos o número de Irmãs Mestras, destinadas ao ensino, e o de Irmãs Coadjutoras, cujo nível de instrução era reduzido, o que, como é óbvio, correspondia a um estrato social mais baixo. Feita a contagem, conclui-se que existia um grande equilíbrio, com cerca de 50% para cada grupo. Tal percentagem de mulheres medianamente instruídas (pelo menos), muitíssimo superior à existente na sociedade portuguesa, enquadra-se perfeitamente numa congregação voltada essencialmente para o ensino. Quanto ao número de Coadjutoras «não poderão ser em maior número do que o necessário para o alívio da Comunidade, a fim de ajudar aquelas que não poderiam ocupar-se em certos trabalhos sem prejuízo de um bem maior»<sup>31</sup>.

---

ma e por lá ficaram cf. Maria Elisa Vassalo, *Diário da Visita de Paula Frassinetti às Casas de Portugal 1875*, Prov. Port. Sul 1992.

<sup>29</sup> Arquivo da Província, *Lista das Irmãs...*, cit.

<sup>30</sup> Em 1908 escrevia-se, em Itália, que o noviciado em Portugal «deu e dá ainda ao Instituto muitos sujeitos pertencentes, na maioria, às principais famílias do Reino» (in *Memórias*, 1908, — «exclusivamente reservado às filhas da Venerável Frassinetti», conforme se diz no Prólogo — texto traduzido para português e mimeografado, 1971, p. 193).

<sup>31</sup> *Constituições e Regras...*, cit., Capítulo II, Regra 2, p. 12.

Mas o número de Doroteias entradas em Portugal não coincide com o número das existentes. Isto porque algumas eram chamadas a prestar serviço no Brasil e outras, embora em muito menor número, estiveram em Itália. Em compensação também havia Irmãs estrangeiras no nosso país, sobretudo italianas.

Feitas estas considerações, apresentar-se-ão os seguintes números:

1898	180 Irmãs <sup>32</sup>
1906	236 Irmãs <sup>33</sup>
1910	ca. 270 Irmãs <sup>34</sup>

### 3. Organização interna e espiritualidade do Instituto

Como se disse, na Congregação de Santa Doroteia havia Irmãs Mestras e Irmãs Coadjutoras ou Conversas. Aquelas dedicavam-se à educação de meninas nos colégios e aulas externas. As segundas executavam os trabalhos domésticos indispensáveis ao funcionamento dos mesmos.

As candidatas à vida religiosa, depois de submetidas a «um conveniente exame acerca dos costumes, piedade e habilidade»<sup>35</sup>, teriam um tempo de «prova», como postulantes, numa Casa designada pela Superiora da Casa Central. Terminada a «prova», vestiriam o hábito, dando início ao noviciado de dois anos, findo o qual pronunciariam os votos de Pobreza, Castidade e Obediência<sup>36</sup>. Um quarto voto — o de promover a Obra de Santa Doroteia<sup>37</sup> — era reservado às Mestras<sup>38</sup>.

Contudo, mesmo após essa promessa, que as tornava verdadeiramente Religiosas, membros da Congregação, ainda estavam sujeitas a mais oito anos de «prova», — isto se entrassem para o Instituto com mais de vinte anos, pois, caso contrário, esse período probatório seria maior. Terminado este, seguia-se outro, somente para as Mestras, as

<sup>32</sup> Irmã Maria do Céu Nogueira, *ob. cit.*, p. 185.

<sup>33</sup> *Idem, Ibidem*, p. 333.

<sup>34</sup> *Idem, História da Revolução e Dispersão da Província Portuguesa*, trabalho mimeografado, 1973, nota de rodapé p. 191.

<sup>35</sup> «Plano Resumido das Constituições», *Constituições e Regras...*, cit., Regra 6, p. 4.

<sup>36</sup> *Idem*, Regra 7, p. 4.

<sup>37</sup> *Idem*.

<sup>38</sup> *Idem*, Regra 8, p. 5.

quais, durante seis meses, suspenderiam os estudos, entregando-se somente à oração e ao trabalho manual<sup>39</sup>.

Finalmente eram admitidas entre as Irmãs Professas, pronunciando então os votos solenes, dos quais somente poderiam ser desligadas mediante autorização da Santa Sé<sup>40</sup>.

Em Portugal, devido à situação política que não permitia a existência de congregações religiosas, as cerimónias de «vestição» do hábito e profissão religiosa revestiam um carácter sigiloso. Deste modo, em 8 de Dezembro de 1866 — dia da Imaculada Conceição — ao iniciarem o noviciado as duas irmãs Ordaz, da Covilhã, embora se mantivessem de hábito durante todo o dia, tiveram o cuidado de se conservar longe dos olhares das alunas. Depois, ao deitar, guardaram-no, não voltando a vesti-lo durante mais de vinte anos<sup>41</sup>.

Desde os seus primórdios o Instituto esteve fortemente imbuído da espiritualidade inaciana. Dado que as Constituições das Irmãs Doroteias revelam grande influência das da Companhia de Jesus, não seria despropositado fazer um estudo comparativo. Contudo, como isso ultrapassaria os limites deste trabalho, contentar-me-ei em apresentar, em anexo, alguns extractos que me parecem exemplares, embora muito longe de pretender fazer um estudo exaustivo. Tomarei como base, para as Doroteias, as *Constituições de 1851*, as quais, embora nunca tivessem chegado a ser aprovadas pelo Papa<sup>42</sup>, penso serem as que melhor traduzem o espírito das Doroteias na época do seu estabelecimento e expansão em Portugal. Ao mesmo tempo e, para evitar repetições inúteis, as diversas Regras permitirão um conhecimento de algumas normas de funcionamento da Congregação, das qualidades exigidas às Religiosas e, mesmo, de um quotidiano que, de outra forma, seria extremamente difícil captar.

A grande ligação a Santo Inácio e à Companhia por ele fundada revela-se igualmente através da correspondência de Paula Frassinetti. Assim, em cartas escritas para Irmãs de Pernambuco, em 1867, usa, logo no início, a expressão elucidativa: «Alma, espírito e coração de

<sup>39</sup> *Idem*, Regras 7 e 8, pp. 4-5.

<sup>40</sup> *Idem*, *Ibidem*, Regra 7.

<sup>41</sup> Maria do Céu Nogueira, *ob. cit.*, p. 14.

<sup>42</sup> As Constituições que, entretanto, foram sofrendo algumas alterações, conseguiram a aprovação papal somente em 1889, embora, em 1863, tivesse sido aprovado o «Plano resumido».

Inácio!»<sup>43</sup> Em outra carta, igualmente para Pernambuco (Julho de 1869), escreve: «Coragem, minhas queridas Irmãs, e grande generosidade com Deus. Alma, espírito e coração de Inácio! E Deus será glorificado por vós como o foi por um tão grande patriarca e nosso caro Pai»<sup>44</sup>.

Escrevendo à Irmã Josefina Bozzano, em Génova, em 9 de Novembro de 1864, recomenda-lhe que pratique a obediência «segundo os três graus que indica Santo Inácio»<sup>45</sup>.

As noviças de Génova, em Março de 1875, recomenda que se recordem «daquele *Vince te ipsum* de Santo Inácio de Loyola»<sup>46</sup>. Em Dezembro de 1880, à Irmã Josefina Pingiani: «(...) continue o que começou! Tenha sempre na mente e no seu agir aquele *Vince te ipsum* de Santo Inácio, e então tudo correrá bem (...)»<sup>47</sup>.

Igualmente nas *Cartas* são frequentes as referências aos «Santos Exercícios». Assim, em carta para a Irmã Rosa Podestà, (Agosto de 1870), nas vésperas da partida para a Covilhã, onde, com outras Irmãs, irá dar início a uma Casa, escreve: «Creio bem que na Covilhã a esperam com grande ansiedade (...). Alegra-me que, antes de começarem a missão, todas façam os Santos Exercícios; assim ficarão mais fortalecidas espiritualmente e terão maiores luzes de Deus»<sup>48</sup>.

Em Dezembro de 1870, dirigindo-se a uma Irmã: «Se tivesse cumprido generosamente os propósitos feitos nos Santos Exercícios, não acharia insuportável o peso da obediência humilde e sincera à sua Superiora»<sup>49</sup>.

A relevância dada aos Exercícios Espirituais de Santo Inácio torna-se evidente através da sua realização periódica em todas as comunidades de Doroteias, para as Irmãs e alunas, havendo igualmente Exercícios destinados especialmente a senhoras e meninas de fora. Todos eles eram orientados por padres da Companhia de Jesus.

<sup>43</sup> Paula Frassinetti, *Cartas*, Vol. I, *cit.*, cartas n° 293, p. 490; n° 303, p. 507.

<sup>44</sup> Idem, *Ibidem*, carta n° 369, p. 651.

<sup>45</sup> Idem, *Ibidem*, carta n° 222, p. 366. Os três graus são: execução, vontade e entendimento — ver Anexo I «A propósito da obediência».

<sup>46</sup> Idem, *Ibidem*, carta n° 685, p. 491.

<sup>47</sup> Idem, *Ibidem*, Vol. II, carta n° 863, p. 788.

<sup>48</sup> Idem, *Ibidem*, Vol. I, carta n° 415, p. 751.

<sup>49</sup> Idem, *Ibidem*, Vol. II, carta n° 670, p. 463.

Relativamente a penitências especiais que obrigassem as Doroteias, não existe qualquer referência nas *Constituições*.

«Cada uma em particular, porém, poderá praticar as obras de mortificação e penitência que, com a aprovação da Superiora, parecerem dever contribuir para o progresso da sua alma, e aquelas que, para o mesmo fim, a Superiora julgar diante de Deus que lhes deve impor»<sup>50</sup>.

No seu dia a dia, contudo, a Doroteia, procurando progredir na sua vida espiritual, deve «ter uma aversão (...) a tudo aquilo que o mundo ama», pois

«aqueles que progridem espiritualmente, seguindo verdadeiramente a Jesus Cristo Nosso Senhor, amam e desejam ardentemente tudo aquilo que é contrário ao mundo (...) de maneira que, se pudessem, sem ofensa a Deus e escândalo do próximo, queriam sofrer afrontas, falsos testemunhos, injúrias (...) sem haver dado, porém, ocasião para isso, pelo grande desejo que têm de tornar-se de algum modo semelhantes a Jesus Cristo (...)»<sup>51</sup>.

Para conseguir este grau de perfeição, «(...) cada uma deverá procurar no Senhor a mais perfeita abnegação de si mesma, e uma mortificação contínua em todas as coisas»<sup>52</sup>. Deste modo, «No exercício dos ofícios humildes e baixos devem escolher-se de preferência os que são contrários às inclinações da natureza, contanto que isto se faça segundo a obediência».<sup>53</sup>

De quinze em quinze dias tinha lugar «uma conferência espiritual», na qual poderiam acusar-se publicamente das suas faltas contra as Regras, dando então a Superiora «avisos particulares e gerais»<sup>54</sup>. Nesta e em outras circunstâncias, cada uma devia cumprir as penitências impostas, devendo aceitá-las «com vontade pronta e com verdadeiro desejo de sua emenda e proveito espiritual, ainda que lhes fossem impostas por faltas não culpáveis»<sup>55</sup>.

<sup>50</sup> «Sumário das Constituições Referentes à Conduta Espiritual das Religiosas de Santa Doroteia» in *Constituições e Regras...*, cit., Regra 4, p. 114.

<sup>51</sup> *Idem*, Regra 11, p. 116.

<sup>52</sup> *Idem*, Regra 12.

<sup>53</sup> *Idem*, Regra 13.

<sup>54</sup> *Idem*, Regra 18, p. 117.

<sup>55</sup> *Idem*, Regra 37, p. 120.

No que respeita aos parentes que deixou no mundo «procurará cuidadosamente despegar-se de toda afeição da carne e do sangue, esforçando-se por reduzi-la a uma afeição toda espiritual, (...) como quem, morto já para o mundo e para o amor próprio, não vive senão para Jesus Cristo (...).»<sup>56</sup>

Nesta busca constante de mortificação, não poderemos espartar-nos por encontrar aqui um tipo de penitência muito praticado até por pessoas que não professavam quaisquer votos. Através da biografia de Madre Monfalim ficamos a saber que, sendo ainda postulante, possuía um cilício e uma disciplina<sup>57</sup>. Outro tipo de penitência nos é revelado nessa obra. Tendo sido escolhida para Superiora da Casa do Sardão, Madre Monfalim foi aí recebida pelas Irmãs que lhe apresentaram os seus «protestos de submissão e obediência». Como resposta, a nova Superiora afirmou considerar-se «a última da Comunidade» e, assim, «queria começar o seu ofício», pondo-se «aos pés de todas». Lançou-se então aos pés da Madre que estava perto dela e beijou-lhos<sup>58</sup>.

No respeitante a jejuns, para além dos ordenados pela Igreja, deviam respeitar-se os das «vigílias das festas do Santíssimos Corações de Jesus e de Maria, de Nossa Senhora das Dores em Setembro, e de Santa Doroteia»<sup>59</sup>.

Dado que o culto a Santa Doroteia não carece de explicação, penso não ser descabida uma abordagem, ainda que breve, pelos outros.

Nas cartas de Paula Frassinetti são inúmeras as referências ao Coração de Jesus, em especial no ano de 1872, em que todas as Casa das Doroteias lhe fizeram a consagração. Aludindo a isso, escreve: «Esperemos que o Coração Santíssimo de Nosso Senhor Jesus Cristo tenha apreciado a nossa entrega e, como coisa sua, guarde sempre o nosso pobre Instituto bem dentro do seu Diviníssimo Coração»<sup>60</sup>.

Este culto conheceu grande incremento em toda a Igreja na segunda metade do século XIX. A instâncias dos bispos franceses, em 1865, Pio IX estendeu a toda a Igreja a festa do Sagrado Cora-

---

<sup>56</sup> *Idem*, Regra 8, p. 115.

<sup>57</sup> Cf. Marianna Cezimbra, *ob. cit.*, p. 135.

<sup>58</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 197.

O uso do cilício e da disciplina, o beijar os pés das Irmãs em sinal de humildade eram penitências normais antes do Concílio Vaticano II.

<sup>59</sup> *Constituições e Regras...*, cit., Regra 4, p. 114.

<sup>60</sup> Paula Frassinetti, *ob. cit.*, Vol. II, carta nº 515, p. 163.

ção<sup>61</sup> que, como é sabido, tem um cunho profundamente eucarístico. Antes disso, em 1864, foi decretada a beatificação de Margarida Maria Alacoque, ligada à expansão deste culto, devido às suas visões nos anos 70 do século XVII.

Vinculado à devoção ao Coração de Jesus está o Apostolado da Oração, associação promotora do culto e cujo dinamizador foi um jesuíta, P. Ramière, que criou o Mensageiro do Coração de Jesus, publicação com imenso sucesso em vários idiomas. O Apostolado da Oração promovia a frequência da Comunhão e a consagração das famílias ao Coração de Jesus. Esta associação estava muito ligada aos jesuítas e, como se verá, as casas das Doroteias foram também centros difusores.

Estreitamente ligada à devoção do Coração de Jesus está a do Coração de Maria, tal como a fundadora das Doroteias propõe:

«Os Corações Santíssimos de Jesus e de Maria, aos quais sempre vos encomendo, sejam o vosso refúgio (...) e a escola onde deveis aprender a prática de todas as virtudes, em especial da humildade, mansidão e caridade»<sup>62</sup>.

A mãe de Jesus era olhada como a grande medianeira entre Deus e os homens e unida a Jesus no drama da Paixão — a «Mãe Dolorosa». Paula deseja que, à semelhança da «Senhora das Dores», as suas Religiosas se liguem à Cruz.

Escrevendo a todas as Doroteias em Janeiro de 1865, diz: «(...) recorrei a Ela em todas as necessidades (...) e pedi-lhe com grande fervor que vos prenda à Cruz do seu Jesus (...)»<sup>63</sup>. O sofrimento deve aceitar-se como um sinal de amor: «Porque as ama com particular amor e, como suas predilectas, [o Senhor] as faz participar da sua Cruz (...)»<sup>64</sup>. E em outra carta: «Peça a Jesus que a pregue na sua Cruz e a mantenha aí bem fixa com os três cravos com os quais voluntariamente se deixou pregar nela: o amor para conosco, a obediência ao seu eterno Pai e o zelo da sua glória»<sup>65</sup>.

Mas, depois do sofrimento, virá a alegria da ressurreição: «Coragem, escalemos alegremente o caminho do Calvário, seguindo o nos-

<sup>61</sup> Cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Vol. III, Barcelos, Livraria Civilização, p. 445.

<sup>62</sup> Paula Frassinetti, *ob. cit.*, Vol. II, carta n° 764, p. 646.

<sup>63</sup> Idem, *Ibidem*, Vol. I, carta n° 224, p. 371.

<sup>64</sup> Idem, *Ibidem*, Vol. II, carta n° 764, p. 645.

<sup>65</sup> Idem, *Ibidem*, Vol. II, carta n° 548, p. 233.

so Jesus Cristo; (...) com Ele agonizaremos e morreremos, mas em menos de três dias também ressuscitaremos, gloriosas, com Ele»<sup>66</sup>.

Relativamente ao culto mariano, não podemos esquecer que a Virgem está no centro de toda esta revivescência do catolicismo, que se opera no século XIX e que culmina com a proclamação do dogma da Imaculada Conceição, em 1854. A fundadora do Instituto das Doroteias esteve presente à cerimónia e, em carta a todas as Irmãs, descreve o que foi esse «Dia desejado há tantos séculos e implorado a Deus com tantas súplicas de tantos santos, mas reservado a nós (...) nestes tempos de geral tribulação»<sup>67</sup>.

O dia em que foi proclamado o dogma da Imaculada — 8 de Dezembro — passa a ser um dia de grande festa para as Doroteias. Lembre-se que as primeiras Doroteias portuguesas vestiram o hábito pela primeira vez nesse dia.

Um santo especial é Inácio de Loiola e o dia que a Igreja lhe dedica — 31 de Julho — é de grande festa em todas as Comunidades de Doroteias.

#### 4. Educação das alunas

Para conhecermos o modelo de educação proporcionado pelas Doroteias, teremos de nos debruçar sobre as *Constituições* e, em primeiro lugar, sobre o seu Projecto Primitivo, que inicia nestes termos:

«1. O Instituto das Irmãs de Santa Doroteia foi fundado com o fim de reavivar nos pais cristãos o empenho que devem ter pela educação moral e religiosa dos filhos, e para suprir, de um modo fácil e oportuno, a falta de tal empenho.

2. Este Instituto, portanto, formou-se para se dedicar inteiramente à educação das meninas»<sup>68</sup>.

Através da leitura das *Constituições* ressalta a consciência de que, de um modo geral, as meninas a educar serão um dia esposas e mães. E, se uma esposa cristã poderá reconduzir à virtude o marido que vive no «vício» e na «desordem», «no esquecimento de Deus e da

<sup>66</sup> Idem, *Ibidem*, carta nº 519, p. 175.

<sup>67</sup> Idem, *Ibidem*, Vol. I, carta nº 102, p. 140.

<sup>68</sup> «Projecto Primitivo», in *Constituições do Instituto das Irmãs de Santa Doroteia*, 1948, p. 7.

fé»<sup>69</sup>, a mãe tem a seu cargo a educação das crianças «e é por ela que se transmite à geração seguinte o amor e a prática da religião»<sup>70</sup>. Desse modo, «educando as meninas, pode cultivar a metade da geração que surge» e, assim, «também a outra metade deverá necessariamente melhorar»<sup>71</sup>.

Por isso, a religião «deve ser a base e o fim da educação (...) e por consequência, o primeiro objecto do ensino; o resto não é senão acessório (...)»<sup>72</sup>. Contudo, reconhece-se que esse «acessório» é, «mais ou menos necessário, porque as Irmãs devem formar jovens chamadas, na maior parte, a viver no mundo (...)»<sup>73</sup>.

Em Dezembro de 1900 Madre Monfalim, escrevendo a uma sua irmã, recém-casada, dizia:

«Estou certa que vai ter a sua vida muito ordenada, ocupando-se em fazer feliz o seu marido. (...) Uma mulher que sabe conversar com Nosso Senhor, sabe depois conversar com o seu marido e tornar-lhe a casa agradável»<sup>74</sup>.

Alguns anos depois, em Abril de 1904, aconselhava uma outra irmã que ia casar dentro de dias:

«(...) a primeira coisa é pedir muito por ele a Nosso Senhor, não esquecendo o Anjo da Guarda dele, que também fica sendo seu. Em segundo lugar, lembre-se que é do seu dever tornar a vida agradável ao seu marido, procurar conhecer-lhe os gostos, para pôr sempre o gosto dele acima do seu, e isto desde logo o princípio.

Seja (...) a mulher do Evangelho, como Deus mesmo a descreve, que só pensa no seu marido e na sua casa»<sup>75</sup>.

Encontra-se aqui bem patente a importância da educação religiosa para a felicidade da família que a jovem irá um dia formar. Dentro desta intencionalidade religiosa, inculcar-se-á nas alunas «o respeito, o amor, a obediência que devem ter à Igreja Católica, Apostólica,

<sup>69</sup> *Constituições e Regras...*, Parte Terceira, Cap. IV, Regra 2, p. 62.

<sup>70</sup> *Idem, Ibidem*, Regra 3, p. 62.

<sup>71</sup> *Idem, Ibidem*, Cap. III, Regra 2, p. 54.

<sup>72</sup> *Idem, Ibidem*, Cap. IV, Regra 5, p. 63.

<sup>73</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>74</sup> Marianna Cezimbra, *ob. cit.*, pp. 177-178.

<sup>75</sup> *Idem, Ibidem*, p. 183.

Romana, nossa Santa Mãe, ao Sumo Pontífice, sua cabeça visível e Vigário de Jesus Cristo»<sup>76</sup>.

Mais do que «afeioá-las a práticas materiais de devoção, ao que é muito sensível um coração jovem e ardente», deve-se radicá-las bem na fé, no temor e amor de Deus e de seus juízos e no horror ao pecado, cujos efeitos são a separação eterna de Deus e o suplício do inferno»<sup>77</sup>.

Para isso as alunas deveriam comungar frequentemente e confessar-se de quinze em quinze dias, pelo menos, assistir diariamente à missa e ter aulas de Religião e «instruções catequéticas» semanais. Todos os dias teriam orações da manhã e da noite, recitação do terço, visita ao Santíssimo Sacramento, um quarto de hora de meditação, exame de consciência e breve leitura espiritual na aula de Trabalhos Femininos<sup>78</sup>.

Revestiam-se de grande importância os «tríduos anuais de Exercícios de Santo Inácio»<sup>79</sup>.

As Associações de Filhas de Maria e do Apostolado da Oração, existentes em todos os colégios, eram meios de encaminhar as alunas na piedade, inspirando-lhes «o aborrecimento e o desprezo das pompas vãs do mundo e da escravidão das modas, tão opostas à simplicidade e à modéstia cristã»<sup>80</sup>.

Igualmente se lhes devia mostrar «os perigos dos bailes, dos teatros e de certas leituras, particularmente de romances»<sup>81</sup>.

Às Irmãs recomenda-se que vigiem as alunas, considerando «este ofício como o mais sagrado dos seus deveres».

«Com esta vigilância talvez possamos livrar as meninas das pérfidas astúcias do inimigo, que outra coisa não deseja senão tirar-lhes a inocência. Que desgraça para elas e para nós se este precioso tesouro se perdesse por nossa culpa, e, se Jesus Cristo pudesse reprovar-nos um dia de termos sido menos vigilantes para salvá-las do que o demónio para perdê-las»<sup>82</sup>.

<sup>76</sup> *Constituições e Regras...*, Capítulo IV, Regra 9, p. 63.

<sup>77</sup> *Idem, Ibidem*, Regra 11, p. 64.

<sup>78</sup> Cf. Irmã Maria do Céu Nogueira, *ob. cit.*, Vol. II, p. 375.

<sup>79</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>80</sup> «Directório», in *Constituições do Instituto...*, *cit.*, Cap. VI, Regra 9, p. 40.

<sup>81</sup> *Idem*.

<sup>82</sup> *Constituições e Regras...*, *cit.*, Parte Terceira, Cap. VI, Regra 3, p. 70.

Escrevendo de Roma, em Abril de 1876, para a Superiora do Colégio do Quelhas, Paula Frassinetti faz algumas considerações sobre o que observou durante a visita que efectuara meses antes às Casas da Congregação em Portugal:

«Nos poucos dias que aí estive, vi pouquíssima piedade nas educandas e muito espírito do mundo, vaidade, etc.» Recomenda-lhe que aproveite o mês de Maio para «fazer algo de bom. Mandar-lhe-ei a notícia da festa e das florinhas feitas pelas nossas educandas, e a Irmã me mandará a das suas; assim se começará a estabelecer um pouco de comunicação e de emulação»<sup>83</sup>.

Embora o religioso tivesse um grande peso nos colégios, as alunas estudavam também «ciências humanas, tanto quanto possam ser necessárias a uma jovem cristã que deve servir a Deus no mundo»<sup>84</sup>, «segundo as circunstâncias do seu estado e condição»<sup>85</sup>.

As Irmãs Mestras deveriam cultivar a memória das educandas, para que estas aprendessem cuidadosamente o que importava saber «para o modo de proceder da vida e para ornamento da boa sociedade»<sup>86</sup>. Relativamente ao estudo das línguas, permitir-se-ia, a pedido dos pais, o estudo das que parecessem de grande utilidade para algumas, banindo-se, no entanto, tudo aquilo que pudesse servir para alimentar o orgulho e a vaidade. Quanto às artes de ornamento, seriam permitidas somente a pedido expresso dos pais e, se houvesse necessidade de recorrer a pessoas exteriores ao colégio, observar-se-ia a maior vigilância «a fim de que em tudo se proceda com a maior modéstia»<sup>87</sup>.

O trabalho manual deveria merecer a maior atenção «como o mais excelente meio de se preservar dos perigos de uma vã dissipação no mundo, de se conservar na inocência, (...) preferindo a doçura do retiro e as paredes domésticas à alegria tumultuante de uma vida mundana»<sup>88</sup>.

Quando houvesse necessidade de corrigir, recomendava-se «sua firmeza» e que não houvesse «nada de amargo, de repugnante, de

<sup>83</sup> Paula Frassinetti, *ob. cit.*, Vol. II, carta nº 769, p. 654. Em nota de rodapé explica o que eram as «florinhas»: pequenos sacrifícios.

<sup>84</sup> *Constituições e Regras...*, cit., Parte Terceira, Cap. IV, Regra 6, p. 63.

<sup>85</sup> Idem, *Ibidem*, Regra 17, p. 66.

<sup>86</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>87</sup> Idem, *Ibidem*, Regra 19, p. 66.

<sup>88</sup> Idem, *Ibidem*, Regra 20, p. 67.

insultante, de irónico», o que irritaria e revoltaria a menina «em lugar de corrigi-la»<sup>89</sup>.

«As mestras devem, com um cuidado particular, zelar pela boa ordem, tanto na classe como na recreação e nos estudos. Manterão isto facilmente em todos os lugares, dando exemplo de uma modesta gravidade em todo o seu exterior, falando, mas oportunamente, e com aquela firmeza suave que se faz obedecer sem afastar as meninas; não impondo castigos senão quando a falta tiver perturbado a boa ordem, *dissimulando os pequenos factos irreflectidos*, quando isto for possível, sem inconvenientes, porque *não é necessário chegar aos castigos senão com moderação*, e quando não se pode, de outra maneira, manter a disciplina»<sup>90</sup>.

Sem palavras sonantes, sem necessidade de desenvolver grandes teorias, era um método baseado no bom senso e no respeito pela sensibilidade das alunas, fugindo a severidades extremas. No que respeita à competência científica, as Constituições dizem:

«Para assumir uma classe, não é suficiente ser instruídas, mas é necessário ainda *conhecer perfeitamente os fundamentos das coisas* que se ensinam, afim de estar prevenidas para explicá-las às alunas, com brevidade, clareza e precisão. Quaisquer que sejam os conhecimentos que tenhamos, *nunca se irá para a classe sem ter tudo bem preparado*»<sup>91</sup>.

O ideal educativo das Doroteias, o tipo de mulher que se pretendia forjar, não estava longe do que se defendia na época para as meninas — exceptuando o peso da vertente religiosa que, naturalmente, seria menor. Maria Amália Vaz de Carvalho, em «Cartas a Luísa» afirma que «a mulher nunca será um funcionário pontual, nem um magistrado íntegro e inexorável (...) nem um médico, nem um legislador»<sup>92</sup>.

Mesmo as feministas, nesta altura, não chegam ao ponto de pensar que a educação feminina deva ser análoga à masculina. O propó-

<sup>89</sup> *Idem*, Parte Terceira, Cap. VI, Regra 4, p. 70.

<sup>90</sup> *Idem*, *Ibidem*, Regra 6, p. 71. Sublinhado nosso.

<sup>91</sup> *Idem*, *Ibidem*, Regra 7. Sublinhado nosso.

<sup>92</sup> Joel Serrão, «Notas Sobre a Situação da Mulher Portuguesa Oitocentista», in *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais. Colóquio, 20 a 22 de Março de 1985, Actas*, Vol. II, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras, 1986, pp. 325-326.

sito da educação feminina consiste em formar boas mães e esposas. Quando muito, poderão ser professoras. Existe mesmo o receio de que a instrução conduza «à perda dos encantos femininos, oportunidade de casamento e maternidade, gosto pela vida doméstica»<sup>93</sup>.

Em traços gerais os programas escolares nos colégios (pelo menos em algumas disciplinas) não seriam muito diferentes dos oficiais. A partir de 1871 as alunas do Quelhas serviam-se dos manuais aprovados pelo Conselho de Instrução Pública, o que possibilitou, logo nesse ano, o exame no Liceu (masculino) de uma aluna que prestou provas do 2º e 3º anos<sup>94</sup>. Tal era possível graças à reforma de 1863 que permitia a prestação de provas por disciplinas independentes<sup>95</sup>.

Consultando uma pauta<sup>96</sup> com os resultados dos exames realizados no Colégio de Jesus, Maria, José (Quelhas), em Agosto de 1890, verificamos que algumas disciplinas se subdividem deste modo:

Português	Leitura, Gramática, Composição, Estilo, Literatura
Línguas	Francês, Inglês, Italiano
História	Sagrada, Eclesiást., Pátria, Antiga, Id. Média, Romana, Mitologia, Natural, Física
Aritmética	
Geometria	
Geografia	Física e Política, Astronómica, De Portugal

O Francês tinha grande importância e disciplinas como História Eclesiástica e Mitologia eram estudadas por livros franceses. As alunas confessavam-se em francês e havia mestras que, embora portuguesas, falavam sempre francês<sup>97</sup>.

<sup>93</sup> Carmen de Zulueta, *Misioneras, feministas, educadoras*, Madrid, Editorial Castalia, 1984, p. 33.

<sup>94</sup> Cf. Irmã Maria do Céu Nogueira, *História da Província...*, cit., p. 72.

<sup>95</sup> Cf. Vasco Pulido Valente, *O Estado Liberal e o Ensino. Os Liceus Portugueses (1834-1930)*, Lisboa, GIS, 1973, p. 44. A lei favorecia os colégios, pois que, permitindo a qualquer aluno, desde que tivesse exame de admissão, propor-se a exame, tornava possível concluir o curso liceal em menos tempo que o normal. Mesmo com essa possibilidade, a percentagem de alunas que vão fazer exames aos liceus masculinos é extremamente baixa. *Ob. cit.*, pp. 102-103.

<sup>96</sup> No Arquivo da Província, em Lisboa. Nessa pauta cada nome vem precedido por D.

<sup>97</sup> Irmã Maria do Céu Nogueira, *História da Província...*, cit., p. 405.

É evidente que, para lá destas matérias, havia outras, como os bordados e a música, de grande importância na educação de qualquer menina.

A encerrar o ano lectivo realizava-se a «Academia», composta por actividades que a tornavam um misto de festa e prova pública de aproveitamento. Estas festas chamavam, por vezes, a atenção da imprensa, não só pelo carácter cultural, mas até mundano, que revestiam. Através das notícias publicadas, colhemos informações acerca do que se aprendia nos colégios e, mesmo, da consideração que gozavam.

Assim, a 26 de Agosto de 1882 o jornal *A Ordem* noticia a festa de encerramento do ano lectivo no Colégio do Sagrado Coração de Jesus, na Quinta do Sardão, próximo do Porto. Houve recitações, execução de peças musicais ao piano, canto, diálogos em várias línguas... Realizou-se distribuição de prémios relativamente a diversas matérias: catecismo e história sagrada, português, francês, aritmética, geometria, geografia, desenho, pintura a aguarela, música, costura, bordados e «outras obras de mãos», comportamento.

Numa sala contígua estavam expostos trabalhos das meninas — «excelentes obras de mãos, d'um primor inexcedível»<sup>98</sup>.

O articulista chega a citar nomes de «educandas que se distinguiram»: «a menina D. Maria Magdalena Pereira da Silva de Fornellos, interessante filhinha do sr. Barão de Fornellos e a menina D. Maria Leonor Portocarrero da Câmara, filha do sr. dr. Philomeno da Câmara, lente de Medicina na Universidade de Coimbra».

Diz ainda a dado passo: «Segundo ouvimos, já de véspera as meninas choravam, lembrando-se de que iam deixar suas ilustres e piedosas mestras»<sup>99</sup>.

No ano seguinte, igualmente a 26 de Agosto, encontramos referência à «Academia» realizada no mesmo Colégio, a qual, para além de celebrar a conclusão do ano lectivo e mostrar o aproveitamento das alunas, serve ainda para «recrear(em) a selecta e numerosa sociedade que avidamente ali acorre»<sup>100</sup>.

Durou perto de cinco horas, «que pareceram deslizar como um momento», tendo-se iniciado às duas horas e meia da tarde com uma «polka» de Blanchi, *l'Allegria*, executada a oito mãos, em dois pianos.

<sup>98</sup> *A Ordem*, n.º 390, Ano IV, 26 de Agosto de 1882, p. 2, col. 3.

<sup>99</sup> In *A Ordem*, n.º 390, Ano IV, 26 de Agosto de 1882, p. 2.

<sup>100</sup> *Idem*, n.º 493, Ano V, 26 de Agosto de 1883, p. 2.

«A menina D. M<sup>a</sup> Leonor, virtuosa filha» do Sr. Dr. Filomeno, recitou um «eloquente discurso de abertura da Academia»

A festa foi presidida pelo professor de Teologia do Seminário do Porto que teceu elogios ao Colégio pela educação cristã ali ministrada. Pois que, se a religião era indispensável ao menino, muito mais o era em relação à menina, a quem se tornava necessário precaver as quedas, visto que não lhe era possível aprender à sua custa «sem se infamar». Com uma sólida piedade ficava de tal modo «sobrenaturalizada que, santificando-se a si, era um poderoso meio de santificação dos outros». Afirmou ainda que aquele colégio «não só não tinha superior, mas nem mesmo rival em todo o país»<sup>101</sup>.

Em jeito de conclusão, perguntava-se:

«Se os inimigos da religião querem, a todo o custo, banir a Nosso Senhor Jesus Cristo da educação e das escolas porque não havemos nós de recomendar as casas de educação e esta, antes de todas, onde o S. Coração de Jesus, Santa Doroteia e o espírito dum grande santo espanhol cujo nome agora nos não lembra, exercem tão salutar influência?»<sup>102</sup>.

Porém, não só o «Colégio do Sardão» é motivo de notícia. O mesmo jornal refere-se aos exames, realizados a 28 de Agosto, bem como à distribuição de prémios, no dia seguinte, no Colégio de Nossa Senhora da Conceição, da Covilhã. Presidiu a um e outro acto o Ex.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Manuel de Jesus Lino, tendo examinado igualmente os rev.<sup>mos</sup> srs. Dr João Nunes da Costa e P. Joaquim Gomes de Jesus.

O correspondente de *A Ordem* naquela cidade atesta o profundo conhecimento evidenciado pelas alunas nas variadas matérias, com grande satisfação das famílias e, em particular, das «dignas mestras que põem todo o seu cuidado e desvelo em cultivar o espírito das suas jovens educandas, insinuando-lhes ao mesmo tempo os princípios santos e a prática das virtudes cristãs», para que «a mulher seja no lar doméstico o anjo conciliador da paz, da ordem e da harmonia, — o tipo da verdadeira mulher cristã»<sup>103</sup>.

Houve discursos, poesias e diálogos jocosos em português, francês e italiano, canto em português e italiano acompanhado ao piano, execução de variadas peças de música a duas, quatro e oito mãos.

<sup>101</sup> *Idem, Ibidem*, p. 3.

<sup>102</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>103</sup> *Idem*, n.º 392, 2 de Setembro de 1882, p. 2, col. 5.

Igualmente se realizou uma exposição de trabalhos — desenhos a *crayon*, aguarela e bordados delicados.

Os prémios distribuídos às alunas consistiam em medalhas de prata suspensas de fitas de cores diversas, de acordo com a disciplina a que o prémio se referia. Essas medalhas tinham numa das faces a inscrição «Ao Mérito» e na outra as iniciais do nome do colégio. As medalhas respeitantes ao comportamento e virtudes eram maiores e douradas, suspensas de largas fitas brancas com franjas em dourado que ostentavam sobre o peito das laureadas as palavras «Ao Mérito» em letras góticas, feitas a ouro<sup>104</sup>.

A partir de 1873 as famílias eram informadas periodicamente sobre o comportamento e aproveitamento das alunas. Redigiram-se igualmente panfletos com informações acerca dos períodos de férias — Natal, Páscoa e Verão (estas últimas com duração de mês e meio). Fora desses períodos as idas a casa estavam regulamentadas: normalmente só iriam por ocasião do seu aniversário e nos dos pais<sup>105</sup>. Relativamente a este assunto, Madre Paula, aquando da sua visita a Portugal, em 1875, escrevia de Lisboa à Irmã Rosa Podestà, Superiora no Colégio da Covilhã:

«Quanto a mandar a casa as educandas, quando os pais fazem grandes instâncias, não se deve permiti-lo: porque, quando os pais das alunas se aperceberem de que para as ter basta pedi-las com forte insistência, todos o farão. Portanto, se não pode deixar de fazer a concessão, estabeleça a data, mas que seja igual para todos os que o desejem. Porém, antes de tomar essa determinação de entregar as alunas aos pais, consulte os padres e outras pessoas sensatas, e depois diga-me qual foi o parecer»<sup>106</sup>.

## 5. A escola gratuita

Não podemos deixar de ter presente que em todas as Casas das Doteiras, para além do colégio, existia uma escola externa, gratuita, destinada a crianças de fracos recursos económicos. Estas escolas tinham normalmente uma frequência muito superior aos internatos. Tomando como exemplo o Colégio do Quelhas, a aula gratuita, que abriu

<sup>104</sup> *Idem*, nº 493, 26 de Agosto de 1883, p. 3.

<sup>105</sup> Irmã Maria do Céu Nogueira, *História da Província...*, cit., p. 73.

<sup>106</sup> Paula Frassinetti, *ob. cit.*, Vol. II, Carta nº 706, p. 529.

em 1867 com o auxílio monetário das Filhas de Maria — dirigidas pelo P. Rademaker<sup>107</sup> —, atingiu em poucos dias cinquenta alunas, tendo em 1868 cento e vinte a cento e quarenta<sup>108</sup>, enquanto que o Colégio tinha menos de dez. Em 1871, na Covilhã, para trinta alunas do Colégio havia cento e dezoito alunas externas<sup>109</sup>.

As Regras do Instituto de Santa Doroteia lembram que «as escolas devem ser um objecto muito particular de sua caridade e de seu zelo, e, mais especialmente as de classe pobre, como a porção mais cara ao Coração de Jesus»<sup>110</sup>.

«Em todas as casas do Instituto, portanto, se abrirá, quando for possível, uma escola para as meninas externas, em uma parte do local, inteiramente separada da parte das educandas. As meninas serão recebidas e despedidas a horas determinadas, mas se terá em vista, particularmente nas escolas de meninas pobres, tê-las conosco o maior número de horas que se puder»<sup>111</sup>.

Para além do ensino de religião<sup>112</sup> deveria dar-se «toda a instrução conveniente à sua idade, capacidade e condição»<sup>113</sup>, podendo ensiná-las a ler, escrever e fazer contas<sup>114</sup>.

Os exames na aula externa eram acompanhadas por um cerimonial semelhante aos do colégio, salvaguardadas as devidas distâncias, dado que a estas alunas não eram ministrados conhecimentos de carácter ornamental. No dia 8 de Setembro de 1871 (?) realizaram-se exames na aula externa da Covilhã «com a assistência de várias pessoas importantes da cidade»<sup>115</sup>, mas não se fica a saber sobre que matérias as alunas foram interrogadas. É possível até que as provas públicas nas aulas externas tivessem deixado de realizar-se, pelo menos na Covilhã, pois, quando em 1880 essa Casa foi sujeita a um inquéri-

<sup>107</sup> Fortunato de Almeida, *ob. cit.*, p. 154.

<sup>108</sup> Irmã Maria do Céu Nogueira, *História da Província...*, cit., p. 47.

<sup>109</sup> Idem, *Ibidem*, p. 87.

<sup>110</sup> *Constituições e Regras...*, cit., Parte Terceira, Cap. VII, Regra 1, p. 73.

<sup>111</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>112</sup> Em 13 de Junho de 1867 16 crianças pobres fizeram a sua 1ª Comunhão e as pessoas comentavam que «nunca se viu coisa tão comovedora», pois até aí não havia qualquer cerimónia especial por ocasião da 1ª comunhão, que tinha carácter individual (in *Memórias*, cit., p. 195).

<sup>113</sup> *Constituições e Regras...*, cit., Cap. VII, Regra 2, p. 73.

<sup>114</sup> Idem, *Ibidem*, Regra 3, p. 74.

<sup>115</sup> Irmã Maria do Céu Nogueira, *História da Província...*, cit., p. 88.

to, devido a pressões de carácter anticongreganista, no respeitante às alunas externas foi dito que, «tendo uma frequência irregular e estudos mais limitados, não podem fazer exames públicos»<sup>116</sup>. Em 1875, no asilo de Vilar, as crianças foram interrogadas sobre História Sagrada, Gramática Portuguesa e Aritmética<sup>117</sup>.

Sabe-se que, quando em 1895 a Rainha D. Amélia visitou o Colégio do Quelhas, esteve igualmente na escola gratuita, tendo ouvido ler algumas crianças<sup>118</sup>. No entanto, é natural que, nestas escolas, se insistisse bastante com o trabalho manual. Em algumas, esse cuidado atingiu mesmo níveis de especialização: é o caso, por exemplo, de Vila do Conde, onde surgiu a «Oficina de S. José», havendo aí mulheres e raparigas ocupadas a fazer rendas<sup>119</sup>. Igualmente de Vilar — que não era aula externa, visto que tinha internato para meninas pobres — saíram excelentes bordadoras e professoras de labores<sup>120</sup>. Já nos últimos anos da monarquia, abriu, ligada à aula externa do Quelhas, uma Casa de Trabalho destinada às crianças que haviam completado a instrução ali proporcionada. Nessa casa faziam-se trabalhos de costura e bordados para clientes de fora<sup>121</sup>.

Muito embora as duas escolas não funcionassem nas mesmas instalações, e o tipo de instrução ministrada fosse muito diferente — e compreende-se porquê — o certo é que, em termos religiosos, os cuidados com umas e outras seriam idênticos. Nos colégios, nos asilos, nas aulas externas, existiam congregações de Filhas de Maria e realizavam-se anualmente os Exercícios Espirituais de Santo Inácio, com duração de três a cinco dias. As crianças da aula externa faziam parte integrante da Casa, participando, por direito próprio, em festas e actos religiosos que decorriam nas Casas das Doroteias.

Deste modo, em 1908, quando a Madre Monfalim, Superiora do Colégio do Quelhas, decidiu levar a cabo a procissão do Santíssimo Sacramento, integrada na festa do Corpo de Deus, iam

«logo à frente, com a sua bandeira da Santa Infância, as nossas cento e trinta pequenas pobres da aula externa, de mãos

---

<sup>116</sup> Idem, *Ibidem* p. 148.

<sup>117</sup> Idem, *Ibidem*, p. 103.

<sup>118</sup> Idem, *Ibidem*, p. 180.

<sup>119</sup> Idem, *Ibidem*, p. 191.

<sup>120</sup> Idem, *Ibidem*, p. 103.

<sup>121</sup> Mariana Cezimbra, *ob. cit.*, p. 213.

postas, nos seus uniformes de bibe de riscado azul, e touquinha branca; a seguir, as alunas do colégio, todas vestidas de branco e véus brancos na cabeça, entremeadas por numerosos anjinhos, levando nas mãos diversos símbolos da Eucaristia e da Paixão; por último, a Comunidade das Irmãs, com velas acesas na mão, a começar pelas mais novas (...). Atrás do Santíssimo, toda a gente que veio assistir à procissão»<sup>122</sup>.

De notar que participaram nesta procissão a Duquesa de Palmeira, a Marquesa de Faial, o Marquês de Souza e Holstein, o Núncio Apostólico...

Se, para colher informações acerca da educação nos colégios, podemos utilizar a imprensa da época, a mesma fonte permanece silenciosa (pelo menos até onde foi possível procurar), quando se trata das escolas para crianças pobres. Temos, contudo, uma testemunha que, de maneira nenhuma poderá ser considerada facciosa. Como é sabido, Antero de Quental recolheu em sua casa a viúva e as filhas de Germano Meireles. Após a morte daquela, considerando não ter condições para manter junto de si duas jovens necessitadas de uma educação feminina, colocou-as, «depois de muito escolher, de muito cogitar»<sup>123</sup>, em «uma casa (...) dirigida pelas Doroteias, exclusivamente destinada à educação de órfãs pobres»<sup>124</sup>.

Em carta para a irmã (começos de 1886), o poeta/filósofo diz:

«As pequenas vão muito bem, e cada vez me aplaudo mais da escolha que fiz daquela casa onde estão. As directoras e mestras são Doroteias, ordem exclusivamente votada à educação de raparigas, e cujo método é todo fundado na brandura. O resultado é as crianças (as minhas e as outras, que lá tenho visto) andarem sempre satisfeitas, pois não são aperreadas, e aprendem com gosto. A Albertina levou para lá a sua almofada de renda, e ensina as outras, o que lhe dá certo prestígio. Ali o que mais se aprende é arranjo de casa e obra de mãos»<sup>125</sup>.

<sup>122</sup> Idem, *Ibidem*, ob. cit., p. 214.

<sup>123</sup> Eça de Queirós, «Antero de Quental», *Notas Contemporâneas*, Porto, Lello & Irmão, s.d., p. 374.

<sup>124</sup> Antero de Quental, «Carta a Jaime Batalha Reis», *Cartas II 1881-1891*, Organização, introdução e notas de Ana Maria Almeida Martins, Universidade dos Açores, 1989, carta n.º 476.

<sup>125</sup> Idem, *Ibidem*, carta n.º 479. Conhecendo esta carta, a Irmã M. do Céu Noqueira convenceu-se que as «pequenas» de Antero teriam estado no Colégio do Sar-

O modo como Antero se refere aos métodos das Doroteias é muito mais significativo, se considerarmos que elogia uma casa para crianças de fracos recursos, onde, naturalmente, não haveria objectivos publicitários ou preocupações em agradar a pais abastados. Aliás, as Constituições são explícitas no que diz respeito a essas alunas:

«Se às Irmãs do Instituto se recomendou o espírito de doçura e de bondade para com as educandas, isto mesmo mais especialmente se recomenda para com as meninas externas, as quais, sendo na maior parte das vezes expostas a mil perigos, mais devem interessar no seu zelo»<sup>126</sup>.

Pode parecer estranha a forma natural como Antero se refere a «Doroteias», dando, portanto, a entender que conhece a sua situação de Religiosas. Na verdade, embora não usando hábito, era difícil manter ignorado esse estado e, daí, os protestos que se iam avolumando por parte dos que não concordavam com a sua presença. Em Lisboa, a partir de 1889, algumas Irmãs começaram a ir à rua com hábito, sem reacções da população<sup>127</sup>. Depois o uso do hábito tornou-se normal.

## 6. Outras formas de apostolado

O Instituto não se manteve encerrado dentro do espaço físico das Casas, voltado somente para as alunas — do colégio ou da escola gratuita. Como foi dito, nas suas Casas realizavam-se Exercícios Espirituais para senhoras e a congregação dava apoio a organizações, por vezes já anteriores à sua chegada a Portugal. Está neste caso uma congregação mariana fundada pelo P. Fulconis, que reunia uma vez por mês, entregando-se então as senhoras que dela faziam parte à leitura espiritual, oração e trabalhos para a Obra dos Tabernáculos, destinada a prover de paramentos e alfaias sagradas as igrejas pobres. As reuniões destas «congregadas», a partir de 1870, eram efectuadas no Colégio do Quelhas<sup>128</sup>.

---

dão (*ob.cit.*, p. 405); Contudo, existem diversas cartas de Antero com referências ao «colégio de órfãs pobres» e, mesmo, a «Vilar» (nome usado correntemente para o designar), o que afasta qualquer dúvida.

<sup>126</sup> *Constituições e Regras...*, Cap. VII, Regra 6, p. 74.

<sup>127</sup> Irmã Maria do Céu Nogueira, *História da Província...*, cit., p. 164.

<sup>128</sup> *Idem, Ibidem*, p. 75.

Outra obra ligada às Doroteias era a das Mães Cristãs. Assumia carácter pedagógico e destinava-se a mães de família, a quem era dada orientação sobre métodos educativos e «meios de conservar a paz doméstica»<sup>129</sup>, para além de lições de catecismo.

Relacionada com esta forma de apostolado está a obra dos casamentos cristãos, destinada a legitimar muitas uniões e levar para o bom caminho «mulheres de vida fácil»<sup>130</sup>.

Um dos votos das Doroteias era de procurar expandir a Pia Obra de Santa Doroteia. Dado o carácter de clandestinidade em que as Irmãs tinham de viver, difícil se tornava lançarem-se numa obra que as obrigaria a muitos contactos com pessoas das diversas classes sociais, muitas vezes profundamente descristianizadas. Só no final da década de oitenta conseguiu arrancar em Lisboa, graças ao dinamismo de Madre Catarina Lemos<sup>131</sup>.

Era essencialmente uma obra voltada para a catequese, onde se reconheciam grandes faltas<sup>132</sup>. As zeladoras recrutavam-se entre a aristocracia, sendo Directora Geral a marquesa de Monfalim (que teve duas sobrinhas Doroteias). A partir de 1893 a rainha D. Amélia ficou Presidente Honorária da obra, contribuindo com 2 000 rs mensais e, nesse mesmo ano, o príncipe real ofereceu para a obra 50 000 rs.<sup>133</sup>

A ligação da Pia Obra e das Doroteias à família real e à nobreza é confirmada por Emm. Borges Grainha, que diz:

«[Amélie] obtint même que Marie Pie devînt protectrice des soeurs Dorothées, l'indiquant pour présidente de l'Oeuvre de Sainte Dorothée, institution dont faisaient partie quelques dames de la noblesse qui se chargeaient d'enseigner le cathéchisme aux enfants dans les églises de Lisbonne»<sup>134</sup>.

Em Outubro de 1895 a Pia Obra estava instalada em trinta e duas freguesias e três capelas e, de Abril de 1895 a Março de 1896, as médias mensais de meninas e meninos que frequentaram a catequese fo-

<sup>129</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>130</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>131</sup> Cf. Idem, *Ibidem*, p. 432.

<sup>132</sup> Para Fortunato de Almeida «Lisboa era no meado do século findo uma das terras em que o ensino da doutrina andava mais esquecido» e, apesar dos esforços do Patriarca, havia paróquias onde não existia catequese, *ob. cit.*, p. 465.

<sup>133</sup> Cf. Irmã M. Céu Nogueira, *ob. cit.*, pp. 433-435.

<sup>134</sup> Emm. Borges Grainha, *ob. cit.*, p. 127.

ram ligeiramente superiores a 4000 e 2200 respectivamente. Até final de 1909 a Pia Obra teve no Patriarcado cento e cinquenta centros <sup>135</sup>.

Fora do Patriarcado foi em Vila do Conde que a Pia Obra funcionou com mais regularidade, embora tivesse havido centros na Covilhã, Vila Real, Oliveira do Douro (próximo da Quinta do Sardão) e Póvoa de Varzim. Com fortes vínculos à Obra das Catequeses estavam o Apostolado da Oração, a Congregação das Filhas de Maria e a Obra das Mães Cristãs.

Uma obra catequética absolutamente nova na congregação foi aquela que começou a desenvolver-se em Maio de 1899, dirigida às mulheres presas na cadeia do Aljube. Aí havia estado a aguardar julgamento a Irmã Coleta, envolvida num caso que provocou forte onda anticlerical, sendo visitada por senhoras que procuravam dar-lhe apoio moral. Uma delas, a marquesa de Monfalim, dando-se conta do estado de abandono moral em que viviam as mulheres que ali estavam retidas, depois de tentar outras soluções, pediu à Madre Provincial das Doroteias que mandasse Irmãs a prestar assistência às reclusas, o que passou a ser feito depois de obtida autorização de Roma. Os resultados foram animadores, traduzindo-se em confissões e comunhões, celebrações do mês de Maria e, mesmo, em solicitações, por parte de algumas, de ingresso nas Casas do Bom Pastor e nas Mónicas <sup>136</sup>.

## 7. As Doroteias perante o anticlericalismo

A despeito de as leis de 1833/34 continuarem em vigor, revigoradas por toda a polémica travada ao redor da Questão das Irmãs de Caridade e só acalmada com a saída destas em 1862, o certo é que, nessa mesma década e nas seguintes, várias congregações religiosas foram entrando em Portugal.

Concomitante a esse avanço, outro movimento, de sinal contrário, crescia — o daqueles que viam nas congregações uma ameaça para o sistema liberal. Esse perigo era acrescido nos que se dedicavam ao ensino, que incutiam nas consciências das crianças valores contrários ao espírito de modernidade. Pois, «dado que o *homem religioso* era visto como um ente obscurecido e manipulável pelo padre,

---

<sup>135</sup> Cf. Maria do Céu Nogueira. *ob. cit.*, p. 436-438. Consultar Anexo, com lista de lugares em que funcionava a Pia Obra.

<sup>136</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 455-458.

só o *homem laico* seria capaz de construir um futuro que consumisse definitivamente o prometido reino da Liberdade, Igualdade e Fraternidade (...)»<sup>137</sup>.

Se isto era visto assim relativamente aos homens, muito mais o seria em relação às mulheres, as quais, mais atreitas à religião, caíam nas «garras dos malfeitores que procuravam amoldá-las às suas veleidades e aos seus caprichos»<sup>138</sup>.

O governo, pressionado pelo sector anticlerical, tomava algumas medidas, ordenando sindicâncias aos colégios apontados como sendo dirigidos por religiosos. Por diversas vezes os colégios das Doroteias foram objecto dessas inspecções.

Tudo isto contribuía para criar, por parte dos atingidos, um sentimento de perseguição, conduzindo a um extremar de posições. A imprensa fazia-se eco destas divisões.

Assim, em 18 de Dezembro de 1880 o jornal *A Ordem* fazia referência às «rematadas calúnias, em que tem primado um pasquim miserável que por aí voga com o título de *Primeiro de Janeiro*»<sup>139</sup>.

«Ele tem sido amarrotado, *ex professo* pela *Palavra*, do Porto, infligindo-lhe ultimamente o devido correctivo pelo que ousou assacar contra o nunca assás encomiado colégio da rua do Que-lhas, de Lisboa (...) e cuja proprietária<sup>140</sup> e directora soube com mão de mestra erguer o caluniador ao pelourinho da infâmia e da mentira, apresentando-o, como tal, aos olhos da opinião honesta e sensata (...)»<sup>141</sup>.

A propósito de ataques movidos à direcção do Colégio da Covilhã, o correspondente nessa cidade do jornal *A Ordem* faz as seguintes considerações:

<sup>137</sup> Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Vol. II, Coimbra, Faculdade de Letras, p. 326.

<sup>138</sup> Sebastião Magalhães Lima, in Fernando Catroga, «O Laicismo e a Questão religiosa em Portugal (1865-1911)» in *Análise Social*, Vol. XXIV, nº 100 (1988), p. 219.

<sup>139</sup> *A Ordem*, Ano III, nº 216, 18 de Dezembro de 1880, p. 2.

<sup>140</sup> Perante o público, a Superiora do Colégio aparecia como proprietária.

<sup>141</sup> *A Ordem*, Ano III, nº 216, 18 de Dezembro de 1880, p. 2. Segundo M. do Céu Nogueira, no dia 29 de Novembro houve uma inspecção à Casa das Doroteias em Lisboa, tendo a Superiora insistido para que o Administrador do Concelho averiguasse da existência ou não de portas secretas entre o Colégio e a residência dos Jesuítas. Seguidamente requereu ao Administrador um certificado comprovativo da não

«O mencionado colégio (...) é propriedade da ex.<sup>ma</sup> sr.<sup>a</sup> D. Maria do Patrocínio de Sousa Tavares<sup>142</sup>, a qual, compreendendo perfeitamente o uso que deve fazer dos haveres que possui, tem dado vasto desenvolvimento ao edifício e ensino, depois que o recebeu em herança de sua virtuosíssima e saudosa Tia, a ex.<sup>ma</sup> D. Maria José de Sousa Tavares.

É pois uma propriedade sua (...) chama para junto de si quem muito bem for do seu agrado para a coadjuvar no ensino de centenas de crianças, a quem educa (...)»<sup>143</sup>.

Os ataques ao Colégio vêm por arrastamento de «asquerosas infâmias e sandices contra o virtuoso capelão do mesmo colégio, e seus companheiros» [jesuítas]. Nesta situação, a autoridade administrativa procedeu a «um interrogatório estupidamente ridículo, não só à proprietária do colégio, mas ao da casa [dos jesuítas]»<sup>144</sup>.

O movimento republicano via nas ordens religiosas um suporte do sistema que pretendia derrubar.

Para os republicanos a Questão do Regime era inseparável da Questão Religiosa e, se esta era inseparável da Questão Social, como pretendia Afonso Costa<sup>145</sup>, compreende-se que muitas tensões sociais, ao explodirem, atingissem as congregações religiosas, olhadas como o grande entrave à mudança. Assim aconteceu nas duas últimas

existência das mesmas. O requerimento foi devolvido acompanhado de carta na qual se afirmava possuir a Casa ótimas condições de salubridade, arranjo e asseio e não ter sido vista qualquer comunicação — in *História da Província...*, p. 147.

<sup>142</sup> Como se disse para o caso de Lisboa, esta propriedade é fictícia, destinada somente a encobrir a situação das Religiosas. Na Covilhã, um meio onde toda a gente conhecia a Superiora do Colégio, ela era simplesmente a herdeira de sua tia, sendo de um modo geral ignorado o seu estado de Doroteia.

<sup>143</sup> *A Ordem*, nº 216, cit., p. 2.

<sup>144</sup> *Idem*. M. do Céu Nogueira faz igualmente referência a estes interrogatórios e à maneira como a «proprietária» do colégio se desenvencilhou dos inquiridores. (Em anexo essa descrição).

Pode ler-se o relato da visita apresentado pela comissão de Inquérito em Apêndice nº 30 (retirado de *O Colégio de S. Fiel no Lourçal do Campo, e o de Nossa Senhora da Conceição na Covilhã...*, Coimbra, 1901) integrado na obra de Rui Delgado, *História da Covilhã, (1800 a 1926)*, Vol. 2, Covilhã, 1992. Neste livro veja-se o Apêndice 29 (informação do administrador ao governo civil) referente ao mesmo colégio.

<sup>145</sup> Cf. Afonso Costa, *A Igreja e a Questão Social*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1895.

décadas do regime, de profunda crise institucional e económica, em que os casos *Sara de Matos* e *Calmon* provocaram fortes movimentações de contestação às ordens religiosas.

Este último caso, «acidente de diminuta importância» no dizer de Ulrich<sup>146</sup>, ocorrido em 1901, originou tumultos gravíssimos em diversas cidades do país, sendo as congregações religiosas as grandes vítimas, em especial as Doroteias, dado o interesse de Rosa Calmon em dar entrada nesse Instituto<sup>147</sup>. A segunda quinzena de Fevereiro foi marcada, na cidade do Porto, por manifestações que frequentemente descambavam em desordens, sendo apedrejados os edifícios do jornal católico *A Palavra* e da *Associação Católica*.

No primeiro de Março, foi a vez de o recolhimento das Doroteias ser apedrejado. Os tumultos expandiram-se por várias cidades, tendo sido apedrejadas várias casas pertencentes a congregações. No respeitante às Doroteias, a Casa de Guimarães foi atacada a 5 de Março (o mesmo acontecendo à dos jesuítas). Em Évora, no dia 7, tudo começou por uma manifestação ordeira frente ao Colégio das Doroteias, mas degenerou em tumultos, sendo apedrejados o paço arquiépiscopal, o Colégio dos Loios e o Colégio das Doroteias<sup>148</sup>.

Porém, quanto a estas, os incidentes atingiram maior gravidade em Tomar onde, no dia 14, os populares que, na véspera, haviam atirado pedras ao Colégio, se juntaram frente ao mesmo edifício, «dando morras à reacção»; dirigiram-se, de seguida, às casas de pessoas tidas como protectoras das Irmãs e apedrejaram-nas<sup>149</sup>. Em consequência destes acontecimentos, o Colégio de Tomar encerrou, não voltando a abrir.

Perante estes ataques, como se sentiriam as Irmãs?

Em carta escrita do Colégio do Sardão, no dia 2 de Março, Madre Monfalim, talvez para sossegar os familiares, afirma não sentir medo e estar «convencida de que não passará de se ouvir quebrar todos os vidros». Muitos pais tinham ido buscar as filhas,

«não por não as quererem connosco; mas, como andam bandos de homens apedrejando as casas religiosas, têm medo que por

<sup>146</sup> Ruy Ennes Ulrich, *Estudo Sobre a Condição Legal das Ordens e Congregações Religiosas em Portugal*, Coimbra, 1905, p. 105.

<sup>147</sup> M. do Céu Nogueira, *História da Província...*, cit., p. 277.

<sup>148</sup> Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 107-111.

<sup>149</sup> Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 117-118.

cá também venham. (...) Há dois dias que estamos, por assim dizer, encerradas na nossa fortaleza, com grande parte das janelas fechadas por dentro. Esta noite ficámos de prevenção (...). Mais que tudo, temos a guarda do Sacrário...»<sup>150</sup>

Em carta do dia 18 refere que as alunas já haviam regressado, com excepção de quatro; em compensação, entrara uma nova<sup>151</sup>.

Em resposta aos incidentes verificados, o Governo tenta conciliar as leis de 1833/34 com os interesses das populações. Convinha aproveitar nos Institutos «o que neles porventura houvesse de bom, cercando-os das garantias e cautelas necessárias para os impedir de poderem ser prejudiciais»<sup>152</sup>. Com esta finalidade foram definidas as condições a que as associações teriam de obedecer para lhes ser permitida a permanência em Portugal, devendo cada uma apresentar os seus estatutos, que seriam sujeitos a aprovação<sup>153</sup>.

Esta lei (18 de Abril de 1901) não agradou a qualquer dos sectores em confronto: à Igreja, porque, mesmo em relação às associações aprovadas, continuava a proibição de clausura, práticas de noviciado, profissões ou votos; ao sector anticongreganista, porque, com tal legislação, as congregações saíam da situação de maior ou menor clandestinidade em que tinham vivido até ali, permitindo-lhes uma existência legal.

«O pânico provocado pelo decreto não paralisou a Madre Provincial Ana Morais. Sem perda de tempo, com o auxílio dos Padres da Companhia, fez uns Estatutos, sem alusão a votos e noviciado; deles se escreveram tantas cópias quantas as Casas da Província e para cada uma foram mandados, com as instruções para as respostas a dar na sindicância»<sup>154</sup>.

De acordo com o exigido, foi requerida a aprovação governamental e, a 18 de Outubro foram aprovados, entre outros, os estatutos da «Associação de Santa Doroteia com colégios em Lisboa, Covilhã, Vila Nova de Gaia, Vila do Conde, Guimarães, Évora, Póvoa de Varzim, Vila Real e Ovar e asilos em Vila Real e Porto»<sup>155</sup>.

<sup>150</sup> Marianna Cezimbra, *ob. cit.*, p. 179.

<sup>151</sup> *Idem, Ibidem*, p. 181.

<sup>152</sup> Ruy Ennes Ulrich, *ob. cit.*, p. 126.

<sup>153</sup> Sobre as condições a que teriam de obedecer as associações, ver Fortunato de Almeida, *ob. cit.*, p. 174.

<sup>154</sup> Irmã Maria do Céu Nogueira, *História da Província...*, cit., p. 290.

<sup>155</sup> Ruy Ennes Ulrich, *ob. cit.*, p. 135.

As Casas das Doroteias foram entretanto sujeitas a inquéritos. Como o maior perigo residia na existência das noviças, aquando da visita ao Colégio do Quelhas (da qual foram avisadas) a Madre Mestre encarregou-se de as manter escondidas. Têm algum interesse as respostas dadas às questões colocadas pelos inquiridores (entre os quais se encontrava o Governador Civil) relativamente à vida económica da Comunidade. Ao ser interrogada sobre a propriedade da Casa, a Madre Provincial respondeu que era de ingleses, a quem pagavam aluguer. «E a Madre Provincial mostrou ao Governador Civil o recibo (fantástico) do aluguer do último semestre, assinado pelo Padre Singleton»<sup>156</sup>.

Nesta situação valeu muito ao Instituto o facto de terem, quer entre as Irmãs, quer entre as alunas, algumas muito bem relacionadas por laços familiares com pessoas colocadas nos lugares de decisão. Em plena tempestade as irmãs Eugénia e Mariana de Souza e Holstein, Doroteias conhecidas por Madres Monfalim e Cezimbra, foram de visita à Rainha D Maria Pia a fim de agradecer o ter apresentado os estatutos do Quelhas ao ministro Hintze e «advogar a causa das Doroteias junto do Rei»<sup>157</sup>.

Nos finais de 1902 novamente as Doroteias eram alvo da imprensa, por ter transpirado cá fora ter havido votos no Quelhas e, em Janeiro do ano seguinte, foi levantada a questão no Parlamento<sup>158</sup>. Estes problemas e o facto de, na verdade, ser difícil passar despercebida a entrada no noviciado (as noviças tinham de tirar o hábito após a cerimónia de vestição, como acontecera até 1889), contribuíram para que o mesmo fosse transferido para Vila do Conde<sup>159</sup>.

Apesar destas atribuições a congregação conheceu uma fase de expansão, tendo aberto o colégio da Guarda em 1904 e, dois anos depois, o asilo em Sintra. Verificou-se um incremento de vocações, visto que o número de Irmãs subiu de 184, em 1900, para 236 em 1906<sup>160</sup> e,

<sup>156</sup> Irmã Maria do Céu Nogueira, *História da Província...*, cit., p. 291.

<sup>157</sup> Idem, *Ibidem*, p. 296.

<sup>158</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 315-316.

<sup>159</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 318-319. Uma das noviças de então contou que, quando estavam à espera das «sindicâncias», que podiam chegar de surpresa, todos os dias, pelas 11 horas, tirava o hábito e vestia uma saia vermelha com blusa preta e chapéu a condizer, indo de seguida para o salão a fingir de visita a uma outra que igualmente se vestia à secular «eu chorava ao descer as escadas (...) por ver-me vestida com tantas cores que parecia uma arara» (in ob. cit., p. 299).

<sup>160</sup> Idem, *Ibidem*, p. 333.

quanto às alunas, o seu número conheceu igualmente uma subida, passando, só no Colégio do Quelhas, de 74 para 170, no período entre 1899 e 1906.<sup>161</sup>

Mas as nuvens acumulavam-se no horizonte das Doroteias e de todas as congregações, pois que, se os republicanos viam nestas o suporte do regime que desejavam destruir, as congregações viam na monarquia o seu único sustentáculo, logo viviam com preocupação tudo o que pudesse afectá-la. Contudo, a sua colagem à causa monárquica mais aticava os ódios.

Compreende-se a angústia com que foi recebida pelas Doroteias a notícia do regicídio. A Casa Provincial decretou luto por oito dias e, nos dias 3 e 4 de Fevereiro (a Madre Provincial só teve conhecimento no dia 2) Irmãs e alunas fizeram «oração ininterrupta»<sup>162</sup>.

No próprio dia da tragédia foi pedida a presença de Doroteias para velarem os cadáveres, tendo partido para o Paço da Ajuda quatro religiosas. No dia seguinte, Madre Monfalim e sua irmã igualmente estiveram a rezar junto dos mortos<sup>163</sup>.

## 8. Expulsão e expansão

Em carta de 31 de Outubro de 1910 Madre Monfalim conta o que se passou durante a Revolução:

«Como começasse uma grande fuzilaria em volta da nossa casa, a mana Mariana foi ao Sacrário tirar Nosso Senhor, trouxe-O agarrado ao peito cá para baixo e, quando chegou o momento de eu ver que tínhamos de abrir a porta, porque os homens não cessavam de atirar, então, eu mesma distribuí as Sagradas Partículas por todas as Irmãs e, tendo já Nosso Senhor no coração, resolvi-me a abrir a porta da rua aos revolucionários, porque antes queríamos morrer, debaixo das balas, na rua, do que às mãos dos homens que podiam entrar na nossa casa. (...) Eu gritei, dizendo que queria falar a quem ali mandava; logo pararam de atirar, dizendo-nos que não saíssemos para a rua, porque não nos queriam fazer mal»<sup>164</sup>.

<sup>161</sup> Idem, *Ibidem*, p. 322.

<sup>162</sup> Idem, *Ibidem*, p. 347.

<sup>163</sup> Marianna Cezimbra, *ob. cit.*, p. 212.

<sup>164</sup> Idem, *Ibidem*, p. 259.

Em plena noite a casa foi invadida e revistada. As Irmãs foram obrigadas a substituir os hábitos por fatos seculares antes de serem conduzidas para o Arsenal da Marinha. Tendo sido as primeiras a ser presas (juntamente com nove alunas a quem os acontecimentos surpreenderam no colégio), foram as únicas que sofreram o vexame de ter que vestir roupas a que estavam desabitadas, por vezes as primeiras peças que encontraram e que, em alguns casos, lhes davam aspecto ridículo. Isto foi motivo de mofa para a «gentalha do arsenal»<sup>165</sup>. As Religiosas das outras ordens, igualmente levadas para o Arsenal, conservavam os seus hábitos. A princípio mostravam-se desconfiadas perante aquelas mulheres vestidas de modo tão estranho, imaginando que eram «presas do Aljube ou, pelo menos, mulheres destinadas a ir para lá.»<sup>166</sup>. A Madre Superiora fez-lhes ver que, nesta diferença, havia uma preferência de Nosso Senhor que, assim, lhes dava «ocasião de humilhação e de parecença com os santos que (...) também tinham sofrido escárnios e desprezos»<sup>167</sup>.

Algumas não percebiam bem o que se passava, estavam conscientes somente de que se encontravam em poder dos «maus» e imaginavam chegada a sua última hora. Conduzidas para a «Sala do Risco» onde passaram alguns dias, uma das Religiosas, ao ver no meio da sala um navio armado com peças de canhão, murmurava: «Aquilo deve ser a guilhotina para nós»<sup>168</sup>.

As Irmãs foram interrogadas uma a uma, a fim de declararem com quem iriam viver, pois que, sendo extintas as congregações, não eram autorizados grupos com mais de três elementos. As religiosas estrangeiras teriam de regressar aos países de origem.

Os interrogatórios prolongaram-se por alguns dias, durante os quais procuravam manter, na medida do possível, os hábitos da comunidade. Não havia qualquer privacidade, dormindo vestidas e calçadas.

No entanto, aos poucos, o destino de cada Irmã ia sendo definido e elas foram-se dispersando, acolhidas, umas por familiares, outras, que não tinham família ou temiam ser mal recebidas, aceitaram abri-

<sup>165</sup> Irmã Maria do Céu Nogueira, *História da Revolução...*, cit., p. 7.

<sup>166</sup> Marianna Cezimbra, *ob. cit.*, p. 242.

<sup>167</sup> Idem, *Ibidem*, p. 242.

<sup>168</sup> Idem, *Ibidem*, p. 243.

go junto das mais afortunadas e, mesmo, de pessoas estranhas que ofereceram ajuda<sup>169</sup>.

Mas estas mudanças não ocorreram sem que a tragédia viesse ensombrar ainda mais toda esta conjuntura. Como foi dito, as religiosas estrangeiras eram forçadas a regressar aos seus países. De acordo com essas disposições, Madre Tipping, de nacionalidade inglesa, foi entregue ao cônsul do seu país. Dotada de «encantadora simplicidade e virtude (...) ingénua (...), muito pouco conhecedora do mundo, por ter vindo muito nova para o Noviciado das Doroteias, estava impressionadíssima com todos aqueles acontecimentos»<sup>170</sup>. Doente do estômago, não pudera suportar a comida de marinheiros que lhe davam no Arsenal, pelo que é natural que se encontrasse debilitada. Certo é que, apesar de bem recebida pelo cônsul e esposa, mantinha-se extremamente perturbada, imaginando sabe-se lá que perigos. Aproveitando um momento em que se viu só, lançou-se por uma janela, vindo a morrer no dia seguinte, tendo junto de si a sua Superiora e um padre católico, ambos chamados pelo cônsul<sup>171</sup>.

As circunstâncias que envolveram o encerramento dos outros colégios talvez não sejam consideradas tão dramáticas. Contudo, por todo o lado (com exceção da Casa de Vilar, que tinha um estatuto especial e, por isso, continuou com Doroteias), foi a mesma perturbação: ordens para abandonar as instalações num período curtíssimo, proibição do uso de hábitos, dispersão, busca de refúgio, insegurança, medo, por vezes insultos da população exaltada<sup>172</sup>.

Porém, se a data de 1910 encerra uma fase da vida do Instituto das Irmãs de Santa Doroteia e, se a mesma data pertence ao imaginário das Doroteias, envolvida em perseguições e ódio, para o Instituto veio a revelar-se o começo de uma nova fase de expansão. E esta ficou a dever-se a um punhado de Religiosas decididas, as quais, enquanto as outras — perto de 270 — se encontravam espalhadas pelo país procurando cumprir o melhor que podiam as Regras do seu Instituto, se lançaram à tarefa de procurar noutras paragens um asilo para elas. A pou-

---

<sup>169</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 244-247.

<sup>170</sup> Idem, *Ibidem*, p. 248.

<sup>171</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 252-254.

<sup>172</sup> Irmã Maria do Céu Nogueira apresenta um conjunto de testemunhos sobre o que aconteceu nas diversas Comunidades após a implantação da República, in *História da Revolução...*, cit.

co e pouco, cada uma ia recebendo carta ou recado, comunicando o destino. Podia ser Brasil — Pouso Alegre, Suíça — Lucerne, E.U.A. — New York ou Providence, Espanha — Tuy. Todas estas Casas como fruto dos esforços de um só ano. O colégio de Lucerne tornou-se o novo «Quelhas», com a mesma Superiora e a mesma Mestra Geral e, de 1911 a 1914, o número de alunas portuguesas chegou aos cinquenta<sup>173</sup>. O Colégio de Tuy abriu com oito alunas, todas sobrinhas de Doroteias<sup>174</sup>, mas veio a ter grande frequência.

O noviciado andou em bolandas: de Inglaterra para a Bélgica e, por fim, Tuy.

A expulsão de Portugal constitui, assim, um marco importante na história do Instituto, até aí confinado a Itália, Brasil e Portugal.

Convirá lembrar aqui que, para os pais desejosos de um ensino de carácter religioso para as filhas, mas que não quisessem ou não pudessem enviá-las para outros países, restava uma alternativa: o Instituto Anglo-Português (o nome tem a ver com a preocupação em o colocar ao abrigo do consulado da Inglaterra) fundado por uma antiga aluna do Quelhas que teve como colaboradora uma postulante a quem a revolução obrigara a regressar a casa. Algumas das professoras e alunas tornaram-se mais tarde Doroteias<sup>175</sup>.

## Conclusão

Ao propor-me estudar uma congregação religiosa num trabalho balizado em termos de espaço, deveria talvez ter limitado o campo de análise aos aspectos institucionais, regras que enformavam o seu quotidiano, características da sua espiritualidade. E seria bastante.

Contudo, no caso de um Instituto voltado essencialmente para a educação de raparigas, seria impossível estremar o seu estudo da estrutura social e das mentalidades que plasmam todo esse edifício. Os caminhos das Religiosas e das educandas — e mesmo de uma boa parte da sociedade — encontravam-se estreitamente ligados. E, se aquelas pretendiam, em primeiro lugar, lutar contra uma sociedade laici-

<sup>173</sup> Marianna Cezimbra, *ob. cit.*, p. 304.

<sup>174</sup> Irmã Maria do Céu Nogueira, *História da Revolução...*, cit., p. 207.

<sup>175</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 422-423.

zada, uma sociedade sem Deus que, na sua perspectiva, se estava construindo, as famílias que lhes entregavam as filhas estavam de acordo com o tipo de educação proporcionada e com o ideal de mulher que se pretendia ver concretizado.

Uma educação alicerçada na religião, no recato, no preservar da «inocência», preparando em simultâneo para as funções de dona de casa, desde as humildes tarefas da costura até às artes de ornamento destinadas a entreter e encantar os familiares, constituía a chave da felicidade futura.

É claro que esta mesma educação, que valorizava a preservação da «inocência» procurando angelicalizar a jovem, conduzia igualmente a que muitas preferissem abdicar do casamento e sentissem grande atracção pela vida religiosa que, embora obrigando a sacrifícios e renúncias, permitiria satisfazer anseios de espiritualidade. Se, entre as Doroteias, nem todas haviam sido alunas, certo é que os colégios eram excelentes centros de recrutamento e muitas sentiam o «chamamento» quando colegiais<sup>176</sup>.

Para aquelas a quem as circunstâncias conduziam ao celibato e, nessa situação, se veriam constringidas a procurar acolhimento junto de parentes, a vida religiosa era uma alternativa aliciante. Numa época em que os preconceitos vedavam às mulheres de uma certa classe o acesso ao trabalho fora do lar, a entrada numa congregação permitia o exercício de profissões e, mesmo, de funções dirigentes. E, como nem só as frágeis e inseguras se sentiam «chamadas», mulheres houve, inteligentes, decididas, ocupando lugares de responsabilidade, que puderam dar vazão à energia que tinham em si e que ficaria de algum modo inaproveitada se a sua vida tivesse seguido um rumo diferente<sup>177</sup>. Entre as Doroteias pudemos encontrar desses casos, desde as primeiras, vindas de longe para um país cujas leis proibiam a sua presença, arriscando-se a toda a casta de vexames, até às que, defrontadas com uma República que, para elas, se revestia de intolerân-

---

<sup>176</sup> Não é possível saber o número de Doroteias que foram estudantes nos colégios. 33 alunas de Vilar foram religiosas; dos colégios de Lisboa e da Covilhã, pelo menos 20 e 12 alunas, respectivamente, tornaram-se Doroteias — in M. do Céu Nogueira, *História da Província...*, cit., p.423.

<sup>177</sup> A propósito disto, Claude Langlois pergunta: «entre la femme de la société traditionnelle et celle de la vie moderne accédant à tous les emplois ne faut-il pas aussi insérer la congréganiste, menant une activité fort séculière selon un mode tout régulier?», *ob. cit.*, p. 648.

cia, souberam organizar-se e procurar saídas, para que pudessem continuar a ser o que desejavam: Doroteias.

Tornava-se impossível estudar esta congregação no nosso país sem referência às alterações políticas que se iam verificando. Na verdade as congregações estiveram no cerne do conflito que opôs republicanos e monárquicos. Os republicanos viam nas Doroteias e nas outras congregações vocacionadas para o ensino um obstáculo ao seu programa de laicização, imprescindível, segundo a sua óptica, para a construção do Estado/Nação. Tal não significava inconsciência relativamente aos benefícios que elas podiam prestar, mas «as bondades das congregações de mulheres e os serviços que acaso prestam nada são nem significam em presença dos males que acarretam»<sup>178</sup>, pois representam «desdobramentos de ordens correspondentes do sexo diferente»<sup>179</sup>. Aliás, a própria acção social de sectores ligados à Igreja era vista com maus olhos, pois representava uma invasão do território que os republicanos tinham como seu — o dos pobres, para quem a esperança devia estar na República e não numa associação entre o altar e o trono.

Constitui lugar comum afirmar-se que a História é feita pelos vencedores. Daí o ter sentido a tentação de parar, a ouvir os testemunhos de tantas mulheres apanhadas no vendaval revolucionário-libertário que lhes tirava o lar, a família, a profissão e, mesmo, a segurança. São pedaços de uma história que penso estar por fazer. Com isto não se pretende chamar «vencidas» a estas mulheres. Esse terá sido, porventura, um erro do governo republicano que não calculou a força do adversário.

No caso das Doroteias, como se constatou, as Comunidades recompuseram-se, no exílio. Com excepção de dois ou três casos, todas responderam à chamada rumo a outras paragens. E ficaram à espera, continuando a receber noviças<sup>180</sup>.

<sup>178</sup> Eurico Seabra, *A Igreja, as Congregações e a República*, Vol. I, Lisboa, Typographia Editora José Bastos, p. 332.

<sup>179</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 330.

<sup>180</sup> Oliveira Marques dá a entender que o regresso das Doroteias se deu em 1916, ao afirmar: «A partir de 1916, algumas ordens religiosas começaram a regressar (...). A primeira foi a das Doroteias» (*História de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Palas Ed., 1976, p. 224). Contudo, segundo Marianna Cezimbra, o regresso das primeiras Doroteias deu-se em Outubro de 1919, ligadas à «Obra de Protecção às Raparigas» (*ob. cit.*, pp. 408 e seg.). Não esquecer, porém, que entre 1910 e 1919 houve sempre Doroteias em Portugal — no Asilo de Vilar. E outras que entravam clandestinamente.

### Fontes e Bibliografia

#### *Fontes Manuscritas:*

Arquivo da Província, Lisboa - *Lista das Irmãs de Santa Doroteia entradas em Portugal.*

Colégio da Imaculada Conceição em Viseu - *Livro das Irmãs Falecidas.*

#### *Outras Fontes e Obras de Consulta:*

ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*, Vol. III, Barcelos, Livraria Civilização, 1970.

CATROGA, Fernando - «O Laicismo e a Questão Religiosa em Portugal (1865-1911)», in *Análise Social*, Vol. XXIV, nº 100 (1988), pp. 211-273.

IDEM - *O Republicanismo em Portugal da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Vol. II, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991.

CEZIMBRA, Marianna - *Madre Monfelim*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1945.

*Constituições do Instituto das Irmãs de Santa Doroteia*, 1948.

*Constituições e Regras do Instituto Religioso das Irmãs Mestras de Santa Doroteia, 1851*, tradução da Província Brasil-Nordeste conservando a paginação original, Recife, 1969 (mimeografado).

COSTA, Afonso - *A Igreja e a Questão Social*, Coimbra, 1895.

CRISTÓVÃO, Maria do Céu - *A «Questão das Irmãs de Caridade», Estudo de Opinião Pública (1858-1862)*, 2 vols., dissertação para licenciatura em História, Faculdade de Letras de Lisboa, 1972 (mimeografado).

DELGADO, Rui - *História da Covilhã (1800 a 1926)*, Covilhã, Ed. Câmara Municipal, 1992.

FAYET-SCRIBE, Sylvie - *Associations Féminines et Catholicisme*, Paris, Les Éditions Ouvrières, 1990.

FERREIRA, António Matos - «A Igreja na Monarquia Constitucional», in João Medina et al., *História Contemporânea de Portugal*, Vol. I, Lisboa, Multilar, 1990, pp. 273-292.

FRASSINETTI, Paula - *Cartas*, 2 Vols., Edição da Província Portuguesa Sul, 1987.

GOMES, J. Pinharanda - *História da Diocese da Guarda*, Edição do Autor, 1981.

GRAINHA, EMM. Borges - *Histoire de la Compagnie de Jésus*, Imprimerie Nationale, Lisbonne, 1915.

LANGLOIS, Claude - *Le Catholicisme au Féminin*, Paris, Les Éditions du Cerf, 1984.

LOIOLA, Santo Inácio - *Constituições da Companhia de Jesus*, Lisboa, 1975.

LUBICH, G. e LAZZARIN, P. - *Paula Frassinetti mulher para hoje*, Porto, Livraria A. I., 1981.

MARQUES, A.H. de Oliveira - *História de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Palas Ed., 1976

*Memórias*, 1908 (original em língua italiana), traduzido para português em 1971 (mimeografado).

NOGUEIRA, Irmã Maria do Céu - *História da Província das Irmãs de Santa Doroteia 1866-1910*, 1967 (mimeografado).

IDEM - *História da Revolução e Dispersão da Província Portuguesa*, 1973 (mimeografado).

*A Ordem*, (216) 18 de Dezembro de 1880; (390) 26 de Agosto de 1882; (392) 2 de Setembro de 1882; (493) 26 de Agosto de 1883.

Pauta com os Resultados dos Exames feitos em Agosto de 1890, Lisboa, Colégio de Jesus, Maria, José (Arquivo da Província, Lisboa).

QUEIRÓS, Eça de - «Antero de Quental», in *Notas Contemporâneas*, Porto, Lello & Irmão, pp. 339-387.

IDEM - *Correspondência*, Vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1983.

IDEM - *Uma Campanha Alegre*, Vol. II, Porto, Lello & Irmão, 1979.

QUENTAL, Antero de - *Cartas*, Vol. II (1881-1891), organização, introdução e notas de Ana Maria Almeida Martins, Universidade dos Açores, 1989.

SANTOS, Maria de Lourdes Vassallo - *Paula Ângela Maria*, 1975 (mimeografado).

SEABRA, Eurico - *A Igreja, as Congregações e a República*, Lisboa, 1914.

SERRÃO, Joel - «Notas Sobre a Situação da Mulher Portuguesa Oitocentista», in *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais. Colóquio, 20-22 de Março de 1985. Actas*, Vol. II, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras, 1986, pp. 325-352.

ULRICH, Ruy Ennes - *Estudo Sobre a Condição Legal das Ordens e Congregações Religiosas em Portugal*, Coimbra, 1905.

VALENTE, Vasco Pulido - *O Estado Liberal e o Ensino. Os Liceus Portugueses (1834-1930)*, GIS, 1973

VASSALLO, Maria Elisa - *Diário da Visita de Paula Frassinetti às Casas de Portugal 1875*, trad. e org. da Província Portuguesa Sul, 1992.

ZULUETA; Carmen de - *Misioneras, feministas, educadoras*, Madrid, Editorial Castalia, 1984.

SEM AUTOR - *Beata Paula Frassinetti*, Porto, Tipografia Porto Médico, 1930.

## APÊNDICE DOCUMENTAL

## ANEXO I

*Companhia de Jesus*

## Prólogo das Constituições

[134] 1. É a Suprema Sabedoria e bondade de Deus, Nosso Criador e Senhor, que há-de manter, governar e fazer avançar em Seu santo serviço esta mínima Companhia de Jesus, assim como se dignou começá-la. E da nossa parte, é a lei interior da caridade e do amor, escrita e impressa pelo Espírito Santo nos corações, que há-de ajudar para isso, mais que qualquer Constituição exterior. Todavia, visto que a suave disposição da divina Providência exige a cooperação das suas criaturas, e porque assim o ordenou o Vigário de Cristo nosso Senhor, e os exemplos dos Santos e a razão assim no-lo ensinam em nosso Senhor; julgamos necessário escreverem-se Constituições que ajudem a melhor proceder, conforme ao nosso Instituto, no caminho começado do divino serviço.<sup>1</sup>

## Quem deve ser admitido

[147] 1. Falando em geral dos candidatos, quanto mais dons naturais

*Doroteias*

## Prefácio

Embora seja a Suma Sabedoria e bondade de Deus Criador e Senhor Nosso quem há-de conservar, governar e fazer progredir no seu serviço este pequeno Instituto de Santa Doroteia, assim como se dignou dar-lhe começo, e da nossa parte, melhor do que qualquer outra Constituição externa, deva conduzir-nos a lei interna da Caridade e do Amor, que o Espírito Santo costuma escrever e imprimir nos corações, contudo, porque a suave disposição da Divina Providência requer a cooperação das suas criaturas, e porque assim o ordenou o Vigário de Cristo Nosso Senhor, e os exemplos dos Santos, e a própria razão assim nos ensina no Senhor, reputamos necessário que se escrevam Constituições que ajudem a proceder cada vez mais conforme o nosso Instituto, no caminho empreendido do Divino serviço.<sup>2</sup>

## Daquelas que devem ser admitidas no Instituto

1. As que se tiverem submetido às provas ordinárias, quanto mais fo-

<sup>1</sup> Santo Inácio de Loiola, *Constituições da Companhia de Jesus*, Lisboa, 1975, p. 73.

<sup>2</sup> «Prefácio» in *Constituições e Regras...*, cit., p. 9.

*Companhia de Jesus*

e infusos tiverem recebido de Deus Nosso Senhor para ajudar a Companhia no que ela pretende fazer por seu divino serviço, e quanto mais experimentados forem, tanto mais aptos estão para serem recebidos na Companhia.<sup>3</sup>

[148] 2. Falando em particular dos que são admitidos como coadjutores para tratar das coisas temporais ou exteriores, supõe-se em primeiro lugar que não devem ser mais do que os necessários para ajudar a Companhia naqueles trabalhos em que os outros não poderiam ocupar-se sem detrimento do maior serviço divino.

Quanto ao interior, devem ser de boa consciência pacíficos, sociáveis, amigos da virtude e da perfeição, piedosos, edificantes, para os de casa e os de fora, contentes com a sorte de Marta na Companhia, afeiçoados ao seu Instituto e desejosos de a ajudar, para a glória de Deus Nosso Senhor.<sup>4</sup>

[151] 3. No que se refere ao exterior, deveriam ter boa aparência, saúde, idade e forças para os trabalhos corporais que se oferecem na Companhia. Que tenham, ou dêem esperanças de vir a ter, boas aptidões para a ajudar.<sup>5</sup>

*Doroteias*

rem dotadas dos dons de Deus, tanto naturais como infusos, segundo o fim do Instituto, tanto mais facilmente serão admitidas<sup>6</sup>.

Falaremos em primeiro lugar daquelas que se admitem na qualidade de Irmãs conversas, destinadas às coisas temporais. Estas não deverão ser em maior número do que o necessário para o alívio da Comunidade, a fim de ajudar aquelas que não poderiam ocupar-se em certos trabalhos sem prejuízo de um bem maior.

Quanto à alma, é preciso que tenham consciência pura e carácter dócil e maleável, que amem a virtude e a perfeição, sejam inclinadas à devoção, aptas a edificar a Comunidade e as pessoas de fora. E que, contentes com a sorte de Marta, e bem afeiçoadas ao nosso Instituto, desejem de todo coração concorrer para a maior glória de Deus, segundo o fim do Instituto.<sup>7</sup>

Quanto ao exterior, deve ser digno e modesto; deve ter a idade requerida; boa saúde para executar os trabalhos aos quais forem destinadas no Instituto; capacidade de ser-lhe útil ou de vir a sê-lo.

<sup>3</sup> Santo Inácio de Loiola, *ob. cit.*, p. 79.

<sup>4</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 79-80.

<sup>5</sup> Idem, *Ibidem*, p. 80.

<sup>6</sup> *Constituições e Regras...*, cit., Parte Primeira, Cap. II, Regra 1, p. 12.

<sup>7</sup> Idem, *Ibidem*, Regras 2 e 3, p. 12.

*Companhia de Jesus*

[153] 5. Os que são admitidos nos ministérios espirituais, tendo em conta o que tais ministérios exigem para ajuda das almas, deveriam ter as qualidades seguintes:

[154] 6. Quanto à inteligência, uma doutrina sã ou aptidão para a adquirir; e no domínio da acção, discricção, ou mostras de bom juízo, capaz de a alcançar.

[155] 7. Quanto à memória, capacidade de aprender, e fidelidade para reter o que se aprende.<sup>8</sup>

## A propósito da obediência

[547] (...) Estejam todos de veras dispostos a observá-la e a distinguir-se nela; e não só nas coisas de obrigação, mas também nas outras, mesmo sem ordem expressa, a um simples sinal da vontade do Superior. (...) Deveremos deixar por acabar até a letra começada (...) para que a santa obediência seja em nós sempre e em tudo perfeita, tanto na execução, como na vontade, como no entendimento.<sup>9</sup> (...)

Persuada-se cada um que os que vivem em obediência devem deixar-se guiar e dirigir pela divina Providência, por meio do Superior

*Doroteias*

As qualidades que se desejam naquelas que aspiram dedicar-se à glória de Deus, isto é, nas Irmãs Mestras, que se consagram neste Instituto ao serviço e à santificação das almas, são, igualmente, espirituais e exteriores.

É-lhes necessário um bom espírito que não seja inclinado à melancolia, nem leviano nem dissipado; discernimento no desempenho das ocupações ou, ao menos, entendimento recto e firme que as disponha a adquiri-lo no futuro.

Quanto à memória, que tenham capacidade para compreender e para reter fielmente?<sup>10</sup>

Esforçar-se-ão por observar a obediência do melhor modo possível, procurando ceder não somente nas coisas de obrigação mas ainda nas coisas indiferentes, quando nelas avistassem o sinal da vontade da Superiora (...) deixando por isso seja o que for, até mesmo a letra começada e ainda não terminada (...) que a santa obediência seja nelas sempre perfeita em todos os sentidos, tanto na execução, como na vontade e inteligência. (...) Cada uma se persuada de que aquelas que vivem para a obediência devem deixar-se guiar e reger pela Divina Providência como

<sup>8</sup> Santo Inácio de Loiola, *ob. cit.*, p. 80-81.

<sup>9</sup> Idem, *Ibidem*, p. 186.

<sup>10</sup> *Constituições e Regras...*, Parte Primeira, Cap. II, Regras 6, 7 e 8, pp. 12-13.

*Companhia de Jesus*

como se fossem um cadáver que se deixa levar seja para aonde for, e tratar à vontade <sup>11</sup> (....)

## A pobreza

[553] 1. A pobreza, como sólida muralha da vida religiosa, deve amar-se e conservar-se em sua pureza, tanto quanto for possível, com a graça divina. <sup>12</sup>

## A castidade

[547] (...) O que diz respeito ao voto de castidade não precisa de interpretação, pois é bem claro quão perfeitamente se deve guardar, esforçando-se todos por imitar a pureza dos Anjos com a integridade de corpo e alma. <sup>13</sup>

*Doroteias*

se fosse um cadáver, que se deixa manejar e virar para todos os lados. <sup>14</sup>

A pobreza, como muro firme da religião, deve ser estimada e conservada na sua pureza, quanto seja possível com a graça divina <sup>15</sup>.

O que se refere ao voto de castidade não tem necessidade de exposição, sendo manifesto com quanta perfeição se deve conservar, isto é, esforçando-se por imitar a pureza angélica com a pureza do corpo e da mente. <sup>16</sup>

## ANEXO II

## OBRA DAS CATEQUESES

*IGREJAS E CAPELAS - LISBOA*

Ajuda, Alcântara, Anjos, Arroios, Beato, Belém (Jerónimos), Benfica (N.ª S.ª do Amparo), Campo Grande, Campolide, Conceição Nova, Coração de Jesus, Corpo Santo, Cruz do Castelo, Encarnação, Estrela, Graça, Lapa, Madalena,

<sup>11</sup> Santo Inácio de Loiola, *ob. cit.*, p. 187.

<sup>12</sup> *Idem, Ibidem*, p. 188.

<sup>13</sup> *Idem, Ibidem*, p. 185.

<sup>14</sup> *Constituições e Regras...*, cit., Parte Segunda, Cap. II, pp. 39-40.

<sup>15</sup> «Sumário das Constituições Referentes à Conduta Espiritual das Religiosas de Santa Doroteia», in *Constituições e Regras...*, cit., Regra 23, pp. 117-118.

<sup>16</sup> *Idem*, Regra 28, p. 118.

Mártires, Mercês, Pena, Sacramento, Santa Catarina, Santa Engrácia, Santa Isabel, Santa Marinha, Santo André, Santo Estêvão, S. Cristóvão, S. Domingos, S. Francisco de Paula, S. João da Praça, S. Jorge do Castelo, S. José, S. Julião, S. Lourenço, S. Mamede, S. Miguel de Alfama, S. Nicolau, S. Paulo, S. Sebastião da Pedreira, S. Tiago, S. Vicente de Fora, Santos, o Velho, Sé, Socorro, Xabregas, Capela dos Caetanos, Capela do Convento das Bernardas, Capela dos Flamengos (Alcântara), Capela da Junqueira (Condes da Ribeira Grande), Real Capela da Memória (Belém), Capela dos Milagres (St.<sup>a</sup> Isabel), Capela de Monserrate (S. Mamede), Capela de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> do Rosário (Benfica), Capela de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Saúde, Capela dos Paulistas, Capela de Sant'Ana (Arco das Águas Livres), Capela de Santa Luzia, Capela de Santo Agostinho, Capela de S. Bento, Capela de S. Simão, Capela do Senhor Jesus dos Terremotos.

### ESCOLAS

Asilo de S. Francisco de Sales, nas Salésias  
Escola da Divina Providência, na Encarnação  
Quelhas

### PRISÕES

Aljube e Limoeiro <sup>17</sup>

### FORA DE LISBOA

Abrigada, Alcabideche: igreja paroquial, Malveira, Manique, Murches, N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> do Livramento (as quatro últimas dependendo do mesmo pároco), Alcanena, Alcochete, Alenquer, Alenquer - St.<sup>a</sup> Quitéria de Meca, Algés, Alhandra, Alhos Vedros, Almada, Alverca, Alverca - Calhandriz, Alviela, Amareleja, Arneiro das Milhariças, Arranhó (Arruda dos Vinhos), Arrentela, Arruda dos Vinhos, Azeitão, Barcarena, Belas, Bucelas, Cadaval (Vilar), Caldas da Rainha, Carcavelos - Sassueiros, Carnaxide, Carnide, Casal de Oiro, Cascais, Chamusca, Colares, Cruz Quebrada, Gouvêa (Capela da Quinta de), Lapas e Ribeira, Linda-a-Pastora, Linda-a-Velha, Linda-a-Velha - Sobralinho, Loures, Mafra (Igreja Nova), Maxial (Torres Vedras), Moura, Oeiras, Olivares, Ota, Paço d'Arcos, Parede, Peniche, Peral, Porcalhota, Rio de Mouro, Sanguinhal, Santarém (Capela de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> dos Inocentes), S. Domingos de Rena, S. João dos Montes (Capela do Bom Retiro), S. Miguel de Ventosa, Setúbal, Sintra (S. Pedro), Sintra (S.

<sup>17</sup> De acordo com Irmã Maria do Céu Nogueira, *História da Província...*, cit., pp. 439-442.

Martinho), Sintra (S. João das Lampas), Sobrena, Tentúgal, Tojal (St.º Antão), Tojal (S. Julião), Valado, Vialonga, Vialonga - Capela da Granja, Vila Franca de Xira, Vila Nogueira.

### ANEXO III

«Neste mesmo dia [3 de Dezembro de 1880], a Casa da Covilhã foi submetida a idêntico inquérito por parte do Administrador do Concelho, Dr. António Leal Delgado. A proprietária do Colégio, para efeitos legais, era a Madre Maria do Patrocínio de Sousa Tavares e, nessa qualidade, se apresentou ao Administrador. (...)

- 'De quem é esta casa?
- É minha, deixada por minha tia, D. Maria José de Sousa Tavares.
- Com que autorização ensinam?
- Com a que nos conferem os diplomas das mestras habilitadas, cujo número é de três, sendo um passado na Itália a D. Maria Josefina Nobili, actual directora, e os outros dois a D. Maria Filomena Ordaz Mascarenhas e a D. Maria Adelaide Simões, auxiliadas por mais seis senhoras.
- Por que livros ensinam?
- Pelos aprovados pelo Conselho Superior de Instrução Pública, tais como Lugares Selectos, Gramática de B.J. de Oliveira, etc.
- Quem é a Superiora do Colégio?
- D. Maria do Patrocínio de Sousa Tavares, igualmente proprietária desta Casa.
- Número de educandas, semi-internas e externas?
- Internas ou educandas, 17; semi-internas, 23; externas, 300; total, 340.
- Qual é a mesada?
- Internas, 8 000 rs. mensais; semi-internas, 1 000 rs.; externas, grátis.
- Provas de adiantamento?
- Quanto às internas ou educandas, prova-se pelo mapa junto, cópias das classificações dadas nos exames dos últimos dois anos; não se podem, porém, dar as mesmas provas com relação às externas, porque tendo uma frequência irregular e estudos mais limitados, não podem fazer exames públicos.
- Pertencem a alguma ordem religiosa ou são professoras?
- Pertencemos à Congregação dos Fiéis: Igreja Católica Apostólica Romana. (Eles escreveram: Não são professoras).
- Há regras por que se governam?
- Temos o regulamento que queremos: em relação às alunas, a diferença nas horas, segundo as estações, etc.
- Quem é o Capelão e quem administra os Sacramentos?
- Não temos Capelão certo, vem aquele que pode e que se chama, de combinação com o pároco.

- Há capela particular ou pública? Com que autoridade funciona?

- Há a capela particular, muito antiga, de tempos imemoriais, cujo Breve é também antigo.'

A autoridade civil não se limitou a este inquérito e promoveu no dia seguinte uma visita sanitária de que encarregou dois médicos e um funcionário do Governo Civil. O relatório que depois deixaram, resultou em louvor das Irmãs, 'apesar de terem sido apanhadas de surpresa', tranquilizadas com a sindicância da véspera.»<sup>18</sup>

#### ANEXO IV

Beatíssimo Padre<sup>19</sup>

A ex-Superiora do Instituto de Santa Doroteia em Lisboa, prostrada ao beija-pé e com o coração cheio de gratidão para com todos aqueles que, com rasgo de verdadeira caridade, ajudaram o Instituto na dolorosa circunstância da recente revolução política de Portugal, implora uma bênção especial para cada uma dessas pessoas, mas de modo particular para as seguintes:

1º - A Provincial de Portugal, Madre Maria Augusta Alves, e a sua secretária, Madre Penha Lemos, as quais se sacrificaram e continuam a sacrificar-se, de todos os modos, para a organização da Província; bem como a Madre Constança Abreu, que repetidamente expôs a própria vida para salvar as suas irmãs em religião.

2º - A Sr.ª D. Maria da Assunção Avellar, que recebeu em casa algumas Irmãs, com grave risco para a sua pessoa.

3º - O casal Crespo, que enfrentou os soldados e a escória da plebe, a fim de visitar e confortar as Irmãs, que os revoltosos assediaram no Quelhas.

4º - O Oficial Calheiros, que, juntamente com os seus soldados, guardou a Casa de Lisboa, até ao momento em que foi obrigado a retirar-se.

5º - A Marquesa de Fayal, D. Maria de Jesus Sousa e Holstein d'Ornellas, e a Sr.ª D. Júlia de Britto e Cunha, anjos consoladores das Irmãs no Arsenal da Marinha.

6º - O Visconde dos Olivais, que imediatamente libertou duas Irmãs do Arsenal, conduzindo-as à sua casa no próprio automóvel.

7º - A Marquesa de Sousa e Holstein, que visitou as Irmãs no Arsenal e apressou a sua libertação; e D. Pedro de Sousa e Holstein, que percorreu milhas e milhas de estrada a pé, com risco da própria vida, a fim de obter uma carta de recomendação em favor da libertação das Irmãs.

<sup>18</sup> In Irmã Maria do Céu Nogueira, *História da Província...*, cit., pp. 147-148.

<sup>19</sup> Petição apresentada ao Papa Pio X pela Madre Monfelim após a revolução de 1910 (das pesquisas da Irmã Diana Barbosa em Roma).

9º - A Sr.<sup>a</sup> D. Maria Joana de Mello Osório, antiga aluna de Lisboa, que recolheu para as encarceradas uma generosa esmola.

10º - A esposa do Secretário da Missão Diplomática inglesa, Mrs. Gaisford, em cuja casa morreu uma Irmã inglesa, vítima da revolução, tendo-a assistido com delicada caridade.

11º - A esposa do Cônsul inglês, Mrs. Philip Cocks, que, sendo protestante, visitou repetidamente as prisioneiras e as ajudou quanto pôde.

12º - A Condessa de Penha Longa, que, não obstante a avançada idade e a precária saúde, à custa de passos e de insistências, obteve do Ministro a permissão para continuarem no seu posto as Irmãs que se ocupavam do Asilo por ela fundado <sup>20</sup>.

13º - Os Senhores Alberto Alves Ribeiro, Francisco Meireles, Aguiar, Norberto e Cristofanetti, que albergaram algumas Irmãs, fornecendo-lhes vestuário e auxiliando-as com generosas esmolas.

14º - Várias crianças do povo, alunas da Escola Gratuita, que, escondendo pão e bolachas nos seus pobres xailinhos, caminhavam até ao Arsenal da Marinha a fim de levar às suas queridas mestras aquele pequeno alimento.

15º - A Condessa Almeida Araújo, as Sr.<sup>as</sup> DD. Palmira Franco de Mattos e Elisa Silva, Missa (sic) Fergusson, o Dr. Lino Netto, o Cons. Oliveira Simões, o Sr. Lamego e muitíssimos outros — Senhores e gente do povo — que, de uma maneira ou de outra, procuraram confortar ou ajudar as Irmãs naqueles dias de angústia.

A humilde abaixo-assinada, certa de fazer coisa grata à Superiora Geral, implora também a Bênção Apostólica para as fundações que o Instituto fará em Espanha e fora da Europa, e para todas as pessoas que de algum modo as auxiliarem.

[Irmã Eugénia Monfalim]

*Para todas as pessoas generosas que, mesmo à custa de sacrifícios, confortaram as dilectas filhas Religiosas de Santa Doroteia, perseguidas e expulsas de Portugal, com a mais viva gratidão e com o voto de que o Senhor as recompense pela sua obra de fina caridade, concedemos com particular affecto a Bênção Apostólica.*

Dado no Vaticano, aos 10 de Dezembro de 1910

a) Plus PP. X

<sup>20</sup> O Asilo encerrou alguns meses depois da revolução.